

**Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado  
de Santa Catarina**

**2017**

**PRESIDENTE**

Desembargador José Antônio Torres Marques

**COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Juiz Luís Felipe Canever – Juiz Auxiliar da Presidência – Presidente da Comissão

Juiz Cyd Carlos da Silveira – CGJ

Roger Tang Vidal – Secretário - SGS

Wanderley Horn Hulse – Assessor de Planejamento - ASPLAN

Manuela Stefani Cardoso – Assessora Técnica - DMP

Fernanda de Jesus – Assessora Técnica - DIE

Fernanda Carvalho Pereira – Assessor Técnico – DEA

Rinaldo Celso Feldmann Filho – Assessor Técnico – DTI

**SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Angela Adelaide Consoli

Ariane Debastiani

Helen Petry

Luísa Bresolin de Oliveira

Roger Tang Vidal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLS-PJSC.....</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>INVENTÁRIO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS CONTRATADOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>12</b>
3.1	DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	13
3.2	DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA.....	15
3.3	DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO.....	16
3.4	DIRETORIA DE SAÚDE .....	16
3.5	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	16
3.6	SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – DGA .....	17
<b>4</b>	<b>PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA .....</b>	<b>20</b>
4.1	USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS .....	21
4.2	ENERGIA ELÉTRICA .....	23
4.3	ÁGUA E ESGOTO .....	23
4.4	GESTÃO DE RESÍDUOS .....	24
4.5	QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	25
<b>5</b>	<b>RELATÓRIO GERAL DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL-PJSC/2017 ....</b>	<b>28</b>
<b>6</b>	<b>PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL-PJSC/2018 .....</b>	<b>36</b>
<b>7</b>	<b>RELATÓRIO DETALHADO DAS AÇÕES E METAS POR CATEGORIA DE INDICADOR.....</b>	<b>41</b>
7.1	PAPEL.....	41
7.2	COPOS.....	42
7.3	ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA .....	43
7.4	IMPRESSÃO.....	43
7.5	TELEFONIA .....	46
7.6	ENERGIA ELÉTRICA .....	46
7.7	ÁGUA E ESGOTO .....	48
7.8	GESTÃO DE RESÍDUOS .....	50
7.9	REFORMAS.....	59
7.10	LIMPEZA .....	67
7.11	VIGILÂNCIA.....	68
7.12	VEÍCULOS.....	69
7.13	COMBUSTÍVEL.....	69
7.14	QUALIDADE DE VIDA .....	70
7.15	CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	83

## LISTA DE ABREVIATURAS

ASPLAN – Assessoria de Planejamento  
CGS – Comissão de Gestão Socioambiental  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
DEA – Diretoria de Engenharia e Arquitetura  
DMP – Diretoria de Material e Patrimônio  
DRH – Diretoria de Recursos Humanos  
DIE – Diretoria de Infraestrutura  
DS – Diretoria de Saúde  
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação  
PJSC – Poder Judiciário de Santa Catarina  
PLS – Plano de Logística Sustentável  
PLS-PJSC – Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina  
SGS – Secretaria de Gestão Socioambiental  
TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina

## 1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina (PLS-PJSC) é um instrumento vinculado ao planejamento estratégico para a execução de modelos de gestão organizacional focados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, com base nas diretrizes da Resolução CNJ n. 201/2015 e da Resolução GP n. 28/2015.

O PLS-PJSC estimula a mudança dos padrões de compra, de consumo e de gestão documental por meio da definição de práticas sustentáveis, de racionalização e de qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão quanto à tripla abordagem ambiental, social e econômica da sustentabilidade.

O PLS-PJSC constitui uma ferramenta para o gestor em relação ao planejamento sustentável por meio da definição clara das ações, metas, indicadores, prazos de execução, monitoramento e avaliação.

No Poder Judiciário catarinense, compete à Comissão de Gestão Socioambiental a elaboração, o monitoramento, a avaliação e a revisão do PLS-PJSC, de acordo com o art. 1º da Resolução n. 28/2015-GP.

De acordo com a metodologia estabelecida para o PLS-PJSC, fundamentada na Resolução CNJ n.201/2015 e na Resolução GP n. 28/2015, realizam-se periodicamente:

- (a) a colheita dos indicadores (mensal e anual);
- (b) a atualização do inventário de bens, materiais e serviços contratados com critérios de sustentabilidade (anual);
- (c) a atualização das práticas sustentáveis consolidadas no PJSC (anual);
- (d) o relatório do desempenho do plano de ações (anual); e
- (e) a identificação das ações para o ano subsequente (anual).

Após a estruturação dos planos de ações, são executadas as etapas de acompanhamento e monitoramento de dados, avaliação dos resultados, revisão do plano e divulgação.

O monitoramento é realizado por meio da colheita mensal e anual dos indicadores advindos das diretorias do TJSC, os quais são cadastrados no sistema “CNJ Corporativo – Perfil Socioambiental”.

A avaliação do plano é realizada pela Comissão de Gestão Socioambiental, que, reunida, analisa o comportamento dos indicadores, o progresso do plano de ações, o cumprimento de metas e a realização das práticas sustentáveis.

A revisão anual é realizada por meio do relatório de desempenho, conforme o art. 23 da Resolução n.201/2015-CNJ. O relatório apresenta a consolidação dos resultados alcançados ao longo do exercício, incluindo a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos e o cumprimento das ações e metas, bem como a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado por cada órgão e conselho do Poder Judiciário relatório de desempenho do PLS-PJ, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados;

II – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I;

III – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

§ 1º Os relatórios deverão ser publicados no sítio dos respectivos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e encaminhados, em forma eletrônica, ao CNJ até o dia 20 de dezembro do ano corrente pela autoridade competente do órgão ou conselho.

§ 2º O DPJ disponibilizará aos órgãos e conselhos do Poder Judiciário acesso ao sistema informatizado para compilação das informações quanto ao PLS-PJ com o objetivo de padronizar o envio e recebimento de dados e facilitar a análise dos indicadores que avaliarão o índice de sustentabilidade das instituições.

O Plano de Logística Sustentável do PJSC está na terceira edição e proporciona a atuação de forma orientada na busca do uso sustentável de recursos naturais e bens públicos e do consumo consciente de materiais.

Em resposta aos artigos 15, 16 e 23 da Resolução CNJ n. 201/2015, este documento apresenta a atualização do inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição e da lista de práticas sustentáveis do PJSC e o relatório de desempenho do plano de ações de 2017, incluídas as ações aprovadas pela Comissão para implantação em 2018.

Na edição de 2017 do PLS-PJSC, empreenderam-se 38 ações de logística sustentável, das quais 34 alcançaram resultados de forma total ou parcial.

As ações, as contratações e as práticas contemplaram 7 dos 8 temas previstos no art. 16 da Resolução CNJ n.201/2015 e incidiram sobre 10 das 16 categorias de indicadores do Anexo 1. Foram listados 54 bens, materiais e serviços que incluíram critérios socioambientais na aquisição e 91 práticas sustentáveis.

O plano de ações de logística sustentável para 2018 prevê 52 ações que contemplam todos os temas do art.16, bem como 14 das 16 categorias de indicadores. As metas eleitas concentram-se em grupos de indicadores de temas que ainda não haviam sido prestigiados por ações inseridas no PLS- PJSC, como é o caso dos copos plásticos, água envasada, limpeza e combustível, a fim de alcançar melhores resultados socioambientais nas áreas de uso eficiente de insumos e materiais e de deslocamento.

Tabela 1 Distribuição das ações por indicador e tema 2017/2018

TEMAS ART.16	CATEGORIA DO INDICADOR (ANEXO 1)	AÇÕES 2017				METAS 2018
		TOTAL 2017	CUMPRIDA	PARCIAL	NÃO CUMPRIDA	
I e VII	PAPEL	1	1	-	-	1
I e VII	COPOS	0	-	-	-	2
I e VII	ÁGUA ENVASADA	0	-	-	-	2
I e VII	IMPRESSÃO	4	2	-	2	1
I e VII	TELEFONIA	0	-	-	-	0
II e VII	ENERGIA ELÉTRICA	1	1	-	-	1
III e VII	ÁGUA E ESGOTO	1	1	-	-	1
IV e VII	GESTÃO DE RESÍDUOS	4	3	1	-	8
I, IV e VII	REFORMAS	2	-	2	-	2
I e VII	LIMPEZA	0	-	-	-	3
VII	VIGILÂNCIA	1	1	-	-	0
I e VIII	VEÍCULOS	0	-	-	-	1
I e VIII	COMBUSTÍVEL	0	-	-	-	3
V e VII	QUALIDADE DE VIDA	21	11	8	2	24
VI	CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	3	3	-	-	3
	<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>23</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>41</b>

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

O relatório está organizado em 7 seções: (1) apresentação; (2) metodologia; (3) inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição; (4) lista de práticas sustentáveis consolidadas no PJSC; (5) relatório geral do desempenho das ações do PLS- PJSC 2017; (6) plano de ações para 2018; e (7) relatório das ações dividido por categoria de indicador.

## **2 METODOLOGIA DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLS-PJSC**

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-JUD) foi instituído pela Resolução CNJ n. 201/2015, que determinou a criação de unidades ou núcleos socioambientais, o estabelecimento de suas competências, a implantação do PLS-JUD nos órgãos e conselhos, bem como a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade.

No Poder Judiciário catarinense, a Resolução GP n. 28/2015 ordenou a criação da Comissão de Gestão Socioambiental, ligada ao gabinete da presidência e definiu a competência da Comissão para elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – PLS-PJSC.

A Comissão de Gestão Socioambiental é composta por: (a) um Juiz Auxiliar da Presidência, que preside a Comissão; (b) um Juiz Corregedor, indicado pelo Corregedor-Geral da Justiça; (c) o Chefe da Secretaria de Gestão Socioambiental; (d) um assessor de Planejamento; (e) um assessor técnico da Diretoria de Material e Patrimônio; (f) um assessor técnico da Diretoria de Infraestrutura; (g) um assessor técnico da Diretoria de Engenharia e Arquitetura; e (h) um assessor técnico da Diretoria de Tecnologia da Informação.

O Plano de Logística Sustentável, assim definido no art. 10 da Resolução n. 201/2015, é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

O PLS-PJSC deve conter (art. 3º da Resolução GP n. 28/2015):

- I – relatório consolidado do inventário de bens e materiais do Poder Judiciário catarinense, com a identificação dos itens nos quais foram inseridos critérios de sustentabilidade quando de sua aquisição;
- II - práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de energia, água, combustíveis, materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados;



IV – ações de divulgação, sensibilização e capacitação; e  
V – indicadores de desempenho socioambiental e econômico.

As ações do Plano de Logística Sustentável devem abranger, no mínimo, os seguintes temas:

(a) Uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do Pje e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

(b) Energia elétrica;

(c) Água e esgoto;

(d) Gestão de resíduos;

(e) Qualidade de vida no ambiente de trabalho;

(f) Sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, da força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

(g) Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;

(h) Deslocamento de pessoal e de bens e materiais, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (art. 16 da Resolução CNJ n. 201/2015).

A matriz de indicadores socioambientais definida no Anexo 1 da Resolução CNJ n. 201/2015 mensura o desempenho ambiental e econômico das ações temáticas do plano de logística sustentável.

Os indicadores são agrupados nas seguintes categorias:

(1) Variáveis Gerais;

(2) Papel;

(3) Copos Descartáveis;

(4) Água envasada em embalagem plástica;

(5) Impressão;

(6) Telefonia;

(7) Energia elétrica;

(8) Água e esgoto;

(9) Gestão de Resíduos;

(10) Reformas;

- (11) Limpeza;
- (12) Vigilância;
- (13) Veículos;
- (14) Combustível;
- (15) Qualidade de vida, e;
- (16) Capacitação socioambiental.

As variáveis gerais são aquelas utilizadas nos cálculos das fórmulas dos indicadores e não são informadas nos relatórios do PLS, porquanto sua aferição é de responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça, com base nos dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ (Resolução CNJ nº 76 de 12 de maio de 2009).

De acordo com a metodologia estabelecida para o PLS-PJSC (fls.156/160), com base na Resolução CNJ n.201/2015 e na Resolução GP n. 28/2015, realizam-se periodicamente:

- a) a colheita dos indicadores (mensal e anual);
- b) a atualização do inventário de bens, materiais e serviços contratados com critérios de sustentabilidade (anual);
- c) a atualização das práticas sustentáveis consolidadas no PJSC (anual);
- d) o relatório do desempenho do plano de ações (anual); e
- e) a identificação das ações para o ano subsequente (anual).

O monitoramento é realizado por meio da colheita mensal e anual dos indicadores advindos das diretorias do TJSC, os quais são cadastrados no sistema “CNJ Corporativo – Perfil Socioambiental”.

A avaliação do plano é realizada pela Comissão de Gestão Socioambiental, que, reunida, analisa o comportamento dos indicadores, o progresso do plano de ações, o cumprimento de metas e a realização das práticas sustentáveis.

A revisão anual é realizada por meio do relatório de desempenho, conforme o art. 23 da Resolução n.201/2015-CNJ. O relatório apresenta a consolidação dos resultados alcançados ao longo do exercício, incluindo a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos e o cumprimento das ações e metas, bem como a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado por cada órgão e conselho do Poder Judiciário relatório de desempenho do PLS-PJ, contendo:  
I – consolidação dos resultados alcançados;

II – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I;

III – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

§ 1º Os relatórios deverão ser publicados no sítio dos respectivos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e encaminhados, em forma eletrônica, ao CNJ até o dia 20 de dezembro do ano corrente pela autoridade competente do órgão ou conselho.

§ 2º O DPJ disponibilizará aos órgãos e conselhos do Poder Judiciário acesso ao sistema informatizado para compilação das informações quanto ao PLS-PJ com o objetivo de padronizar o envio e recebimento de dados e facilitar a análise dos indicadores que avaliarão o índice de sustentabilidade das instituições.

No decorrer de 2017, a Comissão de Gestão Socioambiental monitorou os indicadores do PLS estabelecidos pelo Anexo I da Resolução CNJ n. 201/2015, conforme a periodicidade de apuração de cada indicador, por meio da coleta e encaminhamento do indicador à Secretaria da CGS e pelo registro dos indicadores no perfil socioambiental do sistema corporativo do CNJ.

A avaliação e a revisão do Plano de Ações, Indicadores e Práticas Sustentáveis ocorreram em agosto de 2017, em reunião convocada pela Comissão de Gestão Socioambiental, em que os membros da CGS analisaram o progresso do plano e revisaram as metas (Memória de Reunião n.03/2017-CGS).

O Plano de Ações e Metas para 2018 foi aprovado pela Comissão em reunião realizada em 22 de novembro de 2017 (Memória de Reunião n. 05/2017-CGS).

Na ocasião, para a elaboração das ações e metas, solicitou-se às áreas a definição dos elementos de cada plano de ação (art. 18 da Resolução n. 201/2015-CNJ):

- Objetivo do plano de ação;
- Detalhamento de implementação das ações;
- Unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação e respectivos responsáveis;
- Metas a serem alcançadas para cada ação;
- Cronograma de implementação das ações;
- Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

O relatório de desempenho, contendo a evolução dos indicadores, o progresso das ações e a identificação das metas do ano subsequente, foi encaminhado por cada uma das áreas envolvidas na realização do PLS-PJSC, nomeadamente as Diretorias de Engenharia e

Arquitetura, de Gestão de Pessoas, de Infraestrutura, de Material e Patrimônio, de Saúde, de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Gestão Socioambiental.

A compilação dos dados e a elaboração do documento foram realizadas pela Secretaria de Gestão Socioambiental.

A revisão e a aprovação do documento ficaram sob a responsabilidade da Comissão de Gestão Socioambiental.

Cabe destacar que em consideração aos prazos estabelecidos no parágrafo 1º do art. 23, foram contabilizados os resultados das ações a partir de 1º de janeiro a 22 de novembro de 2017, data da aprovação do documento pela Comissão de Gestão Socioambiental.

Em resposta aos artigos 15, 16 e 23 da Resolução CNJ n. 201/2015, o documento em submissão apresenta a atualização do inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição e da lista de práticas sustentáveis do PJSC e o relatório de desempenho do plano de ações de 2017, incluídas as ações aprovadas pela Comissão para implantação em 2018.

A análise da evolução dos indicadores do relatório de desempenho sustentável referente a 2017 será executada após o recebimento dos dados do ciclo de janeiro a dezembro de 2017. As informações serão enviadas ao Conselho Nacional de Justiça e publicadas na página indicada acima até 28 de fevereiro de 2018, de acordo com o previsto na Resolução CNJ n.201/2015 em seu Anexo 1 – Glossário de Indicadores – 1ª Edição.

Abaixo, seguem os resultados aferidos na revisão do PLS-PJSC, divididos em: (3) inventário de bens, materiais e serviços com critérios de sustentabilidade na aquisição; (4) lista de práticas sustentáveis consolidadas no PJSC; (5) relatório geral do desempenho das ações do PLS-PJSC 2017; (6) plano de ações para 2018; e, (7) relatório das ações dividido por categoria de indicador.

### **3 INVENTÁRIO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS CONTRATADOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Foram listados 54 bens, materiais e serviços que incluíram critérios socioambientais na aquisição:

Tabela 2- Resultado da atualização do Inventário

DEA	DIE	DMP	DS	DTI	SGS	TOTAL
17	03	02	01	04	27	54

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

Os itens estão agrupados por diretoria ou área do TJSC, contendo a descrição e o número do convênio, contrato ou ARP.

### 3.1 DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
<i>Brise soleil</i> nas fachadas com maior incidência de raios solares	Os brises são especificados em fachadas para reduzir a incidência de raios solares, minimizando o uso de ar condicionado.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Cobertura (telha) com material que favorece o isolamento térmico	A utilização de material para a cobertura que favoreça o isolamento térmico minimiza o uso de ar condicionado.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Equipamentos de climatização – ar condicionado (tipo janeleiro e Split)	Equipamentos de ar condicionado do tipo janela são especificados com selo PROCEL, com índices de eficiência energética A. Equipamentos de ar condicionado do tipo split são especificados para compra apenas modelos do tipo inverter, com economia de energia elétrica da ordem de 30% com relação a outros modelos, e também seguem especificados para selo PROCEL, com índices de eficiência energética A ou B.	Atas de Registro de Preços 1117 e 1118, contratos de obras de construções, reformas e ampliações
Lâmpadas de alto rendimento	Lâmpadas de alto rendimento, que não utilizam metais pesados na sua composição.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Sistema de acionamento automático da iluminação	A iluminação com acionamento automático em áreas de pouca utilização (como garagens e escadas enclausuradas) reduz o consumo de energia elétrica.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.

Madeira de origem legal	O uso de madeira de origem legal, proveniente de manejo florestal ou reflorestamento, comprovada mediante apresentação de certificado de procedência, contribui para o uso planejado dos recursos naturais.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Tintas à base de água	O uso de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo evita a contaminação do ambiente no processo de pintura e descarte dos produtos.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Pavimentação externa com bloco intertravado	Blocos que garantem maior percentual maior de permeabilidade no solo (favorece a infiltração das águas das chuvas).	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Torneira acionamento hidromecânico e fechamento automático	As torneiras com sistema de acionamento hidromecânico são acionadas com leve pressão da mão e fechamento automático temporizado em aproximadamente 6 segundos o que garante economia de água. Sistema prático, com elevada vida útil, resistência a depredações gerando economia e maior higiene, pois uma vez acionado, o usuário não tem mais contato com o produto.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção predial.
Mictórios instalações sanitárias masculinas	A instalação de mictórios em banheiros masculinos resulta em economia de água de até 75%. Os mictórios consomem de 1,5 a 2 litros de água por acionamento da descarga para descarte de urina. As bacias sanitárias comuns, com meia descarga, usam 3 litros. As válvulas sem duplo acionamento gastam, em média, 6 litros.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Mictórios com acionamento de sensor de presença em instalações sanitárias masculinas	A descarga com sistema temporizado e sensores de presença, regulam a água na quantidade correta, aumenta a economia.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Válvula de descarga de duplo acionamento para instalações sanitárias	Usar sempre a mesma quantidade de água nas descargas é desperdício. O sistema de duplo acionamento oferece a opção para despejar três ou seis litros na bacia sanitária, de acordo com a	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.

	necessidade. A economia de água depende do usuário com a correta utilização.	
Caixa de descarga com válvula de acoplada	O uso de caixa acoplada favorece a economia de água quando utilizada adequadamente. A principal vantagem é que são utilizados mecanismos de entrada e saída que possibilitam diferentes benefícios e a necessidade da espera de seu enchimento para liberar uma nova descarga, evitando assim acionamentos repetitivos desnecessários. Uma breve comparação: válvulas de descarga gastam cerca de 1,8 litro por segundo, ou seja, acionar a válvula por cerca de quatro segundos gasta mais que uma descarga em caixa acoplada.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações em sanitários de uso privativo, contratos de manutenção predial.
Sistema de reaproveitamento de águas das chuvas	O sistema de reaproveitamento de águas das chuvas reduz o consumo de água fornecida pela concessionária.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Equipamentos para transporte vertical (elevadores)	Elevadores com sistema inteligente na partida e frenagem da cabine, variadores de frequência e variadores de voltagem.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.
Bicicletários	A instalação de bicicletários nos prédios estimula o uso pelo servidor e público, o que possivelmente reduz a circulação de automóveis.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações, contratos de manutenção.
Tapume ecológico	O uso de tapume ecológico de matéria-prima reciclada e/ou reciclável (placa ecológica tetra pak) reduz o entulho decorrente da obra.	Contratos de obras de construções, reformas e ampliações.

### 3.2 DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Copo plástico 180 ml	Utilização Polipropileno em substituição ao de poliestireno	Pregão N. 023/2017 – ARP 1527 e 1529 (art. 48, III, LC 123/2006) – validade até 01/03/2018.
Máquina de Lavar roupa	Equipamentos adquiridos com a exigência de classificação “A” no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO / MDIC número 20 de 01/02/2006).	Pregão N. 002/2017 – ARP 1556 – validade até 11/04/2018.
Refrigeradores	Equipamento adquirido com a	Pregão N. 133/2016 – ARP 1446

(frigobar)	exigência de classificação “A” no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO / MDIC número 20 de 01/02/2006).	- validade 14/08/2017
------------	---	-----------------------

### 3.3 DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Papel fabricado com resíduos do bagaço da cana	Papel sulfite de papelaria, produzido a base de fibras extraídas da reciclagem do bagaço de cana de açúcar, alvura mínima de 88 %, opacidade mínima de 86 a 92 %, umidade de 3 % até 5 %, em conformidade com as normas da ABNT, corte rotativo, PH alcalino, isento de cloro elementar ECF.	Pregão 204/2016 – Atas de Registro de Preços 1476 e 1477
Caneta esferográfica azul fabricada com material reciclado	Caneta esferográfica azul personalizada - corpo cilíndrico, translúcido, composto de uma mistura de polipropileno de baixa densidade e de, no mínimo, 70% de material reciclado, proveniente de aparas de produção.	Pregão 312/2016 – Ata de Registro de Preços 1521

### 3.4 DIRETORIA DE SAÚDE

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos de saúde	Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos de saúde dos Grupos A4 (infectantes), E (perfurocortantes) e B (resíduos químicos)	Contrato 124/2017

### 3.5 DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
Aquisição de microcomputadores portáteis - notebooks, para as varas de plantão judiciário eletrônico	Certificação ROHS ou EPEAT para assegurar uso de materiais não poluentes na fabricação dos equipamentos. Certificação Energy Star ou Portaria 170 do INMETRO para garantir	Pregão 158/2017



	<p>eficiência energética aos equipamentos. Logística Reversa para descarte dos equipamentos após sua obsolescência tecnológica.</p>	
<p>Aquisição de microcomputadores desktop e mini desktop</p>	<p>Certificação ROHS ou EPEAT para assegurar uso de materiais não poluentes na fabricação dos equipamentos. Certificação Energy Star ou Portaria 170 do INMETRO para garantir eficiência energética aos equipamentos. Logística Reversa para descarte dos equipamentos após sua obsolescência tecnológica.</p>	<p>Pregão 72/2017</p>
<p>Aquisição de microcomputadores portáteis - notebooks, para o núcleo da CGJ</p>	<p>Certificação ROHS ou EPEAT para assegurar uso de materiais não poluentes na fabricação dos equipamentos. Certificação Energy Star ou Portaria 170 do INMETRO para garantir eficiência energética aos equipamentos. Logística Reversa para descarte dos equipamentos após sua obsolescência tecnológica.</p>	<p>Pregão 87/2017</p>
<p>Aquisição de solução de infraestrutura de desktops virtuais</p>	<p>Redução da necessidade de estações de trabalho, com consequente redução do consumo de energia elétrica</p>	<p>Pregão 170/2017</p>

### 3.6 SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – DGA

Item	Descrição	Contrato/Convênio/ARP
<p>Coleta de Bens Apreendidos em Processos Judiciais e de documentos sigilosos – Região Leste</p>	<p>Coleta de bens apreendidos em processos judiciais e de documentos sigilosos, compreendendo a pesagem, o transporte, o armazenamento temporário, a destruição e/ou descaracterização e a destinação final adequada à legislação ambiental.</p>	<p>Contrato n. 236/2013</p>
<p>Coleta de Bens Apreendidos em Processos Judiciais e</p>	<p>Coleta de bens apreendidos em processos judiciais e de documentos sigilosos, compreendendo a pesagem, o transporte, o</p>	<p>Contrato n. 105/2014</p>

de documentos sigilosos – Região Norte	armazenamento temporário, a destruição e/ou descaracterização e a destinação final adequada à legislação ambiental.	
Coleta de Bens Apreendidos em Processos Judiciais e de documentos sigilosos – Região Oeste	Coleta de bens apreendidos em processos judiciais e de documentos sigilosos, compreendendo a pesagem, o transporte, o armazenamento temporário, a destruição e/ou descaracterização e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 117/2014
Coleta de Bens Apreendidos em Processos Judiciais e de documentos sigilosos – Região do Vale do Itajaí	Coleta de bens apreendidos em processos judiciais e de documentos sigilosos, compreendendo a pesagem, o transporte, o armazenamento temporário, a destruição e/ou descaracterização e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 118/2014
Coleta de Bens Apreendidos em Processos Judiciais e de documentos sigilosos – Região Meio-Oeste	Coleta de bens apreendidos em processos judiciais e de documentos sigilosos, compreendendo a pesagem, o transporte, o armazenamento temporário, a destruição e/ou descaracterização e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 120/2014
Coleta de Bens Apreendidos em Processos Judiciais e de documentos sigilosos – Região Sul	Coleta de bens apreendidos em processos judiciais e de documentos sigilosos, compreendendo a pesagem, o transporte, o armazenamento temporário, a destruição e/ou descaracterização e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 122/2014
Coleta de Resíduos Classe I – Perigosos – Região Leste	Coleta de resíduos perigosos classe I, compreendendo a pesagem, o transporte, e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n.219/2014
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – TJ e Comarca de Florianópolis	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Convênio n.115/2017
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região da Grande Florianópolis	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n.79/2017
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Extremo Sul	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 97/2015
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis –	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a	Contrato n. 160/2015

Região Noroeste	destinação final adequada à legislação ambiental.	
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Sul e Sudeste	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 240/2015
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região Serrana	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 191/2015
Coleta de Resíduos Classe II – Recicláveis – Região do Litoral Norte	Coleta de resíduos classe II – recicláveis, compreendendo a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato n. 50/2017
Coleta e Compostagem de Resíduos Orgânicos – TJ	Coleta de resíduos orgânicos classe II A não inertes (resíduos de poda e jardinagem e resíduos de copa e cozinha), compreendendo a pesagem, o transporte e a compostagem aeróbica para a produção de adubo orgânico.	Por requisição de compra/em fase de licitação
Coleta e Compostagem de Resíduos Orgânicos – Região Sul	Coleta de resíduos orgânicos classe II A não inertes (resíduos de poda e jardinagem e resíduos de copa e cozinha), compreendendo a pesagem, o transporte e a compostagem aeróbica para a produção de adubo orgânico.	Contrato 245/2016
Coleta de bens e materiais inservíveis – Região Oeste	Coleta de bens e materiais inservíveis compreendendo a pesagem, o transporte, a inutilização e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes do processo de inutilização.	Contrato n. 94/2016
Coleta de bens e materiais inservíveis – Região Sul	Coleta de bens e materiais inservíveis compreendendo a pesagem, o transporte, a inutilização e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes do processo de inutilização.	Contrato n. 84/2016
Coleta de bens e materiais inservíveis – Região Leste	Coleta de bens e materiais inservíveis compreendendo a pesagem, o transporte, a inutilização e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes do processo de inutilização.	Contrato n. 55/2016
Coleta de bens e materiais inservíveis – Região Norte	Coleta de bens e materiais inservíveis compreendendo a pesagem, o transporte, a inutilização e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes do processo de inutilização.	Contrato n. 107/2016

Coleta de bens e materiais inservíveis – Região Vale do Itajaí	Coleta de bens e materiais inservíveis compreendendo a pesagem, o transporte, a inutilização e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes do processo de inutilização.	Contrato n. 71/2016
Coleta de bens e materiais inservíveis – Região Meio Oeste	Coleta de bens e materiais inservíveis compreendendo a pesagem, o transporte, a inutilização e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes do processo de inutilização.	Contrato n. 65/2016
Coleta e trituração de processos findos	Coleta de processos findos da Divisão de Arquivo, compreendendo a coleta, a pesagem o transporte, a trituração através de processo que assegure a garantia do sigilo das informações contidas nos documentos e a destinação final adequada à legislação ambiental.	Contrato 47/2016
Convênio de logística reversa de cartuchos - Xerox	Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente.	Convênio n. 78/2013
Convênio de logística reversa de cartuchos – Lexmark	Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente.	Convênio n. 182/2015
Convênio de logística reversa de cartuchos – Hewlett Packard	Recolhimento de cartuchos de toner vazios para remessa ao centro de reciclagem de acordo com a legislação ambiental vigente.	Convênio n. 174/2013
Coleta de bitucas de cigarros	Coleta de bitucas de cigarro descartadas no TJ e envio à empresa para reciclagem do material e aproveitamento na indústria siderúrgica.	Convênio n. 201/2015

#### 4 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

O levantamento realizado pelas áreas apontou o seguinte quantitativo de práticas sustentáveis consolidadas:

Tabela 3- Quantitativo de práticas sustentáveis 2017

TEMA	QUANTIDADE
Uso eficiente - Papel e suprimentos de impressão	07
Uso eficiente - Material de consumo – planejamento e uso	02
Uso eficiente - Sistemas informatizados	02
Uso eficiente - Copos descartáveis e água envasada	04

Uso eficiente - Telefonia	01
Uso eficiente - Documentos, materiais e bens móveis	03
Energia elétrica	06
Água e esgoto	03
Gestão de resíduos	15
Qualidade de vida	50
<b>Total</b>	<b>91</b>

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

As práticas sustentáveis listadas abaixo foram organizadas com base nos temas do art. 16 da Resolução CNJ n.201/2015: uso eficiente de insumos e materiais (subdividida conforme critérios da Comissão); energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho.

#### 4.1 USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

##### 4.1.1 Papel e suprimentos de impressão

DMP – Acompanhamento periódico da distribuição de papel A4 às Unidades do PJSC, com indicações das unidades que não apresentaram redução no consumo em relação ao período anterior.

DTI - Incentivo para a impressão frente e verso;

DTI – Incentivo à digitalização de processos judiciais de 1º e 2º graus;

SGS - Priorização ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação.

SGS/DTI - Logística reversa em relação aos cartuchos/tonner.

SGS - Reaproveitamento de papel impresso de um lado para confecção de blocos de rascunho.

SGS - Utilização de papel reciclado feito a partir do bagaço da cana, sem cloro elementar.

##### 4.1.2 Material de consumo – planejamento e uso

DMP – Monitoramento do histórico de consumo dos bens estocáveis, visando a redução do consumo;

DIE/DMP – Revisão das aquisições de itens estocáveis, a fim de submeter à Administração a tomada de decisão quanto à oportunidade e conveniência de manter contratações de bens de consumo em que o custo x benefício para a sociedade não se demonstra vantajoso.

#### **4.1.3 Sistemas informatizados**

DTI - Conclusão da implantação do processo judicial eletrônico na 1ª e 2ª instâncias;

DTI - Disseminação do uso do processo administrativo eletrônico;

#### **4.1.4 Copos Descartáveis e Água envasada**

DMP - Acompanhamento periódico da distribuição de copos plásticos às Unidades do PJSC, com indicações das unidades que não apresentaram redução no consumo em relação ao período anterior;

SGS/DIE - Incentivo à substituição do uso de copos descartáveis por copos e canecas retornáveis duráveis ou biodegradáveis (Ex.: Canecas comemorativas 125 anos PJSC).

DIE - Distribuição limitada de água engarrafada e incentivo ao uso de água em garrações de 20 litros.

DIE - Higienização periódica de bebedouros e sistemas de filtragem de acordo com os normativos legais ou instruções do fabricante.

#### **4.1.5 Telefonia**

DTI - Utilização de tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol) em substituição de linhas telefônicas analógicas.

#### **4.1.6 Desfazimento de documentos, materiais e bens móveis**

SGS - Coleta e destinação adequada de bens apreendidos judicialmente.

SGS - Descaracterização, coleta e destinação adequada de documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.

SGS - Incentivo à reutilização de materiais.

#### **4.1.7 Contratações sustentáveis**

Conforme lista do item 3 acima (inventário) - incentivo a contratações sustentáveis, observando-se critérios de sustentabilidade na especificação do objeto no projeto básico.

## 4.2 ENERGIA ELÉTRICA

SGS – Sensibilização para redução do uso de energia elétrica: desligar as luzes, equipamentos, incentivo ao uso da luz solar (iluminação natural), na página eletrônica da SGS.

SGS e DEA – Sensibilização para uso racional do ar condicionado e observação da melhor eficiência energética no momento de aquisição, na página eletrônica da SGS.

DEA – Utilização de iluminação e ventilação natural na concepção do projeto arquitetônico quando possível e adequado, com vistas a minimizar o uso de iluminação artificial e ar condicionado (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).

DEA – Disposição de escadas em local central do prédio na concepção do projeto arquitetônico, evitando o uso de elevadores (contratos de obras de construção ou ampliação).

DEA – Setorização dos comandos de iluminação, o que permite o uso de iluminação parcial (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).

DEA – Avaliação anual dos contratos de fornecimento de energia quanto à demanda contratada e consumo efetivo.

## 4.3 ÁGUA E ESGOTO

SGS – Sensibilização para redução de uso de água, energia e papel na página eletrônica da SGS.

DEA – Conexão da rede de esgoto dos prédios à rede pública de coleta e tratamento de esgoto, nos municípios em que é possível (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação ou contratos de manutenção ou requisição de compra).

DIE – Monitoramento e controle do consumo de água e esgoto. A DIE recebe mensalmente as faturas de água e esgoto das unidades que compõe o PJSC, alimenta o sistema SCT com as informações e instrui o processo de pagamento. Quando ocorre um desvio padrão no consumo, a Seção de Controle de Custos envia um e-mail para a unidade consumidora fazendo um alerta do aumento do consumo, juntamente com o relatório de consumo dos últimos 12 meses e solicita que a unidade verifique eventuais problemas de vazamento. Referido e-mail é enviado com cópia à Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

#### 4.4 GESTÃO DE RESÍDUOS

SGS – As atividades de gestão da coleta seletiva nas unidades do TJSC e nas comarcas, e de logística reversa dos resíduos, são realizadas de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, Resolução CONAMA 275/2001 e Decreto 5.940/2006 e demais normas aplicáveis.

SGS – Coleta seletiva e destinação adequada de resíduos de classe II.

SGS – Coleta e destinação adequada de resíduos perigosos (pilha, bateria, lâmpadas, eletroeletrônicos e insumos de informática).

SGS – Coleta, destruição dos bens apreendidos judicialmente com destinação adequada dos resíduos gerados.

SGS – Eliminação de documentos sigilosos, físicos e digitais.

SGS – Coleta e destinação adequada de resíduos orgânicos (pó de café e jardinagem) com retorno de 5% em adubo para ser usado nos jardins do TJ.

SGS – Coleta e destinação adequada de bitucas de cigarro (encaminhadas para ONG Bituca Verde).

SGS – Campanhas para o consumo consciente são desenvolvidas e o material disponibilizado no *site* da SGS ([www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental](http://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental)).

SGS – Credenciamento a fim de firmar convênio com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, ao invés de empresas privadas, conforme preconizado pela Lei n.12.305/2010.

DEA – Descarte adequado de lâmpadas e reatores queimados em reformas e nos contratos de manutenção predial (contratos de manutenção predial).

DEA – Inclusão de ambiente destinado à guarda provisória de lixo reciclável na concepção dos projetos arquitetônicos de novos fóruns (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).

DEA - Adequação do projeto arquitetônico à topografia original do terreno, quando possível, reduzindo a movimentação de terra necessária (contratos de obras de construção ou ampliação).

DEA - Composição de espaços arquitetônicos de forma a favorecer alterações futuras de layout, evitando ou reduzindo as intervenções e, conseqüentemente, os resíduos decorrentes da obra (contratos de obras de construção, reforma ou ampliação).



DEA - Inclusão de cláusula nos contratos de obras de reforma ou construção de edificações quanto à responsabilidade das empresas em informar mensalmente ao Poder Judiciário acerca da quantidade de resíduos produzidos na obra que foram encaminhados à reciclagem, bem como o local de destino dos resíduos.

DS - Coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos dos Grupos A4 (infectantes), E (perfurocortantes) e B (resíduos químicos)

#### 4.5 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

DGP - Desenvolvimento de Relações Interpessoais - Objetivo: Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.

DGP - Entrevistas de Lotação e Relotação- Objetivo: Entrevistas com o fim de identificar o perfil do servidor para definição de lotação com melhor adequação do ambiente de trabalho.

DGP - Datas Comemorativas - Objetivo: Reconhecer e valorizar os servidores por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes.

DGP - Diagnósticos Diversos - Objetivo: Acompanhar e desenvolver os servidores realizando entrevistas individuais com todos os membros envolvidos na situação relatada ao ser solicitado o diagnóstico; com base nas entrevistas definir a intervenção cabível e realizar os encaminhamentos necessários.

DGP - Grupos Vivenciais - Objetivo: contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).

DGP - Programa de Acompanhamento do Desempenho - Objetivo: Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.

DGP - Programa de Bem-estar no Trabalho - Objetivo: Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda,

busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.

DGP – Programa de Preparação para Aposentadoria - Objetivo: Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.

DGP – Rodízio de funções - Objetivo: Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça/ Comarca.

DGP – Homenagem aos servidores aposentados - Objetivo: Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.

DGP – Programa de Melhoria do Clima Organizacional - Objetivo: Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.

DGP – Projeto “Dicas” - Objetivo: Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.

DGP – Programa Olhares - Objetivo: Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.

DGP – Teletrabalho - Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.

DGP – Avaliar a necessidade de contratação de vigilância armada - Maior eficiência no gasto relacionado aos serviços de vigilância no PJSC.

DS – Desenvolvimento de projeto para avaliação ergonômica do trabalho, para fornecimento de documentação a fim de atender ao e-Social; aplicação da Ginástica Laboral; e modernização tecnológica de mobiliário.

DS – Avaliação, a pedido da Junta Médica, de ambientes de trabalho, com levantamento de riscos ambientais e de riscos associados ao trabalho para relotação de servidores que possuem limitações físicas.

DS – Avaliação e definição de novos equipamentos de proteção para servidores e magistrados.

DS – Identificação dos equipamentos e mobiliários destinados ao grupo de trabalhadores que ficam fora da considerada média da população brasileira e catarinense, tendo como propósito a garantia de proteção do trabalhador.

DS – Avaliação de Planilhas Antropométricas – 190 avaliações.

DS – Disponibilização de Equipamentos de Proteção Ergonômica – 1.537 equipamentos.

DS – Desenvolvimento do projeto básico para aquisição de serviços especializados em medicina do trabalho para avaliação de Servidores e Magistrados

DS – Dicas de Saúde

DS – Disponibilização de EPE's - Equipamentos de Proteção Ergonômica e EPI's - Equipamentos de Proteção Individual

DS – Avaliação social de magistrados/servidores em Licença para Tratamento de Saúde

DS – Avaliação social de magistrados/servidores em Tratamento de Saúde de Pessoa da Família

DS – Avaliação social e monitoramento de servidores requerendo Redução de Carga Horária

DS – Avaliação social e acompanhamento de servidores requerendo Readaptação funcional

DS – Avaliação social de servidores requerendo Remoção/Disposição

DS – Avaliação social e acompanhamento de magistrados/servidores para Isenção de Imposto de Renda

DS – Assistência para Internação e acompanhamento de servidor internado em instituição de Saúde por motivos Psiquiátricos e Dependência Química

DS – Atendimentos Emergenciais e Orientações Gerais

DS – Avaliações psicológicas de servidores em tratamento de saúde

funcional DS – Avaliações psicológicas de servidores com pedido de readaptação

DS – Avaliações psicológicas de servidores com pedido de remoção

DS – Exame psicológico admissional

DS – Atendimento psicológico emergencial a magistrados e servidores

DS – Avaliação psicológica de candidatos à Magistratura

DS – Exame Psicotécnico de Juízes Substitutos em processo de Vitaliciamento

DS – Atendimento psicológico presencial dos servidores em Licença para

Tratamento de Saúde

DS – Aquisição e Distribuição de kits Psicológicos

DS – Envio de medicação para todas as comarcas do Estado de Santa Catarina

DS – Prestar serviço de informação farmacêutica

DS – Atender a solicitação de orçamento

DS – Recebimento de medicamentos vencidos

DS – Atendimento odontológico de emergência, preventivo e curativo dos magistrados e servidores ativos. Com ênfase na profilaxia oral e nas restaurações dentárias. Além de orientações sobre higiene bucal.

DS – Serviço de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos odontológicos com reposição de peças

DS – Atendimento de enfermagem na Seção de Pronto Atendimento

DS – Atendimento de urgência/emergência na Seção de Pronto Atendimento

DS – Atendimento móvel de emergência

## **5 RELATÓRIO GERAL DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL-PJSC/2017**

A edição de 2017 do PLS-PJSC executou 38 ações, das quais 34 alcançaram as metas de forma total ou parcial. As ações do plano de logística, as contratações e as práticas incidiram sobre 7 dos 8 temas previstos no art. 16, com exceção do tema relacionado a deslocamento. Foram contemplados os temas: uso eficiente de insumos e materiais; energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho;

sensibilização e capacitação socioambiental; e, contratações sustentáveis. Das categorias de indicadores do Anexo 1, foram contempladas 10 das 16, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 4- Cumprimento de ações 2017 por categoria de indicador

TEMAS ART.16	CATEGORIA DO INDICADOR (ANEXO 1)	N. AÇÕES 2017	CUMPRIDA	PARCIALM. CUMPRIDA	NÃO CUMPRIDA
I e VII	PAPEL	1	1	-	-
I e VII	COPOS	0	-	-	-
I e VII	ÁGUA ENVASADA	0	-	-	-
I e VII	IMPRESSÃO	4	2	-	2
I e VII	TELEFONIA	0	-	-	-
II e VII	ENERGIA ELÉTRICA	1	1	-	-
III e VII	ÁGUA E ESGOTO	1	1	-	-
IV e VII	GESTÃO DE RESÍDUOS	4	3	1	-
I, IV e VII	REFORMAS	2	-	2	-
I e VII	LIMPEZA	0	-	-	-
VII	VIGILÂNCIA	1	1	-	-
I e VIII	VEÍCULOS	0	-	-	-
I e VIII	COMBUSTÍVEL	0	-	-	-
V e VII	QUALIDADE DE VIDA	21	11	8	2
VI	CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	3	3	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>23</b>	<b>11</b>	<b>4</b>

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

Cabe destacar que em consideração aos prazos estabelecidos no parágrafo 1º, foram contabilizados os resultados de 1º de janeiro a 22 de novembro de 2017, data da aprovação do documento pela Comissão de Gestão Socioambiental.

A tabela a seguir nomeia as ações e metas do PLS-PJSC 2017 e a informação sobre o cumprimento.

Tabela 5 – Ações e metas do PLS-PJSC 2017

CATEGORIA	AÇÃO	META	RESULTADO
02- Papel	Campanha para uso racional de impressoras e de papel	Atingir 100% do público interno do PJSC	Cumprida
05- Impressão	Configuração das impressoras nos padrões econômicos de uso de toner	100% das impressoras configuradas.	Cumprida
05- Impressão	Programa de destinação de cartuchos	100% dos cartuchos com destinação	Cumprida

			ecologicamente correta.	
05- Impressão		Adoção de uso compartilhado das impressoras.	80% das impressoras com uso compartilhado.	Não cumprida
05- Impressão		Acompanhamento do nível de ociosidade das impressoras.	50% das impressoras com ociosidade abaixo de 30%.	Não cumprida
07-Energia Elétrica		Definição de critérios/restrições para redução das aquisições de ar condicionado do tipo janelheiro.	Reduzir 25% do uso de condicionadores de ar do tipo janelheiro mediante a substituição/instalação por aparelhos do tipo Split.	Cumprida
08- Água E Esgoto		Ligação à rede pública de esgoto nos municípios que disponibilizam este serviço	Aumentar de 26 para 36 a quantidade de prédios com conexão à rede pública de tratamento de esgoto nos municípios que disponibilizam esse serviço, com prioridade aos que possuem sistema de fossa e filtro.	Cumprida
09- Gestão Resíduos	De	Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil – RCC nas obras.	Especificar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil – RCC em pelo menos uma das obras previstas neste PPA.	Cumprida
09- Gestão Resíduos	De	Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos nas unidades do TJSC e comarcas	100% das unidades do PJSC com a destinação regular e contínua dos resíduos recicláveis à coleta seletiva	Cumprida
09- Gestão Resíduos	De	Publicação de resolução para regulamentação da destruição de bens apreendidos em processos judiciais, com destinação adequada à legislação ambiental.	Regulamentar a destinação de 100% dos bens apreendidos judicialmente.	Parcialmente cumprida
09- Gestão Resíduos	De	Adequação da destinação das lâmpadas e reatores à logística reversa preconizada pela Lei n.	Realizar logística reversa na coleta de lâmpadas e reatores em 100% das unidades do	Parcialmente cumprida

	12305/3010.	PJSC	
10- Reformas	Instalação/ampliação de bicicletário.	Aumentar de 44 para 62 o número de prédios que possuem bicicletários, com prioridade às comarcas que manifestaram interesse.	Parcialmente cumprida
10- Reformas	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde.	Elaborar relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Navegantes.	Parcialmente cumprida
12- Vigilancia	Avaliar a necessidade de contratação de vigilância armada.	100% dos estudos para análise da possibilidade das substituições sugeridas no próximo contrato.	Cumprida
15- Qualidade De Vida	Teletrabalho.	Possibilitar a participação de 100 servidores no programa.	Cumprida
15- Qualidade De Vida	Análise de avaliação antropométrica.	Avaliar 100 % das respostas emitidas nas fichas de avaliação antropométrica	Cumprida
15- Qualidade De Vida	Orientação de Saúde e Segurança ao Teletrabalhador	Atender 100% dos teletrabalhadores	Cumprida
15- Qualidade De Vida	Monitoramento das vacinas ocupacionais dos servidores do PJSC prescritas conforme PCMSO	100% dos servidores com prescrição	Cumprida
15- Qualidade De Vida	Grupos vivenciais.	Realizar quatro grupos no ano de 2017.	Não cumprida
15- Qualidade De Vida	Desenvolvimento de Relações Interpessoais.	Realizar três grupos no ano de 2017.	Parcialmente cumprida
15- Qualidade De Vida	Programa bem-estar no trabalho.	Realizar cinco eventos para 30 servidores no ano de 2017.	Parcialmente cumprida
15- Qualidade De Vida	Programa de preparação para aposentadoria.	Realizar um evento para 30 servidores no ano de 2017.	Cumprida
15- Qualidade De Vida	Programa "Olhares".	Realizar duas edições do programa no ano de	Parcialmente cumprida

				2017.	
15- Vida	Qualidade De	Implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional -PCMSO 2016/2017; execução dos Exames médicos ocupacionais e emissão dos atestados ocupacionais		Controlar o risco de implicações negativas sobre a saúde dos trabalhadores; cumprimento da Resolução 207/2015 do CNJ; e prestar informações ao e-Social	Não cumprida
15- Vida	Qualidade De	Implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais 2016/2017		100% das Comarcas do Estado e prédios do Tribunal de Justiça	Parcialmente cumprida
15- Vida	Qualidade De	Lotação e relotação dos servidores do TJ.		Realizar entrevista com todos os servidores nomeados no TJ ou com interesse de relotação interna.	Cumprida
15- Vida	Qualidade De	Diagnósticos diversos.		Realizar intervenção em três comarcas no ano de 2017.	Cumprida
15- Vida	Qualidade De	Programa de acompanhamento do desempenho.		Realizar intervenção em seis comarcas no ano de 2017.	Cumprida
15- Vida	Qualidade De	Rodizio de funções.		Realizar duas edições do evento no ano de 2017.	Cumprida
15- Vida	Qualidade De	Homenagem aos servidores aposentados.		Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano de 2017.	Cumprida
15- Vida	Qualidade De	Projeto "Dicas".		Disponibilizar uma dica de português e uma de saúde por mês durante todos os meses do ano de 2017.	Cumprida
15- Vida	Qualidade De	Avaliação antropométrica		Avaliar 350 postos de trabalho (4% da população)	Parcialmente cumprida
15- Vida	Qualidade De	Disponibilização de EPE's - Equipamentos de Proteção Ergonômica e EPI's - Equipamentos de Proteção Individual - EPI's		Atender 1000 trabalhadores	Parcialmente cumprida
15- Vida	Qualidade De	Avaliação ambiental		Realizar AET em 200 postos de trabalho do PJSC	Parcialmente cumprida
15- Vida	Qualidade De	Programa de melhoria do		Aplicar o programa em	Parcialmente



Vida		clima organizacional.	seis comarcas no ano de 2017.	cumprida
16- Capacitação e Sensibilização Socioambiental	E	Semana do Meio Ambiente.	Atingir o TJ e comarcas candidatas e realizar ao menos 1 ação com o público externo (comunidade).	Cumprida
16- Capacitação e Sensibilização Socioambiental	E	Campanha de sensibilização para uso consciente de energia elétrica, com foco no uso correto do ar condicionado.	Atingir 100% do público interno do PJSC	Cumprida
16- Capacitação e Sensibilização Socioambiental	E	Campanha de sensibilização para uso consciente de água.	Atingir 100% do público interno do PJSC	Cumprida

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

A análise da evolução dos indicadores do relatório de desempenho sustentável referente a 2017 será executada após o recebimento dos dados do ciclo de janeiro a dezembro de 2017. As informações serão enviadas ao Conselho Nacional de Justiça e publicadas na página indicada acima até 28 de fevereiro de 2018, de acordo com o previsto na Resolução CNJ n.201/2015 em seu Anexo 1 – Glossário de Indicadores – 1ª Edição.

O histórico recente da análise da evolução dos indicadores do relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável referente a 2016 demonstrou a consistente redução dos índices de consumo de papel, de consumo e gasto com copo descartável; de consumo e gasto com água mineral descartável e retornável; de quantidade de impressões, de quantidade de equipamentos de impressão e gasto com aquisição de impressoras; de gasto com telefonia fixa e móvel; de gasto com contratos de limpeza; de gasto com manutenção de veículos e consumo de combustível. Por outro lado, verificou-se que em 2016 houve um aumento positivo na participação em ações de qualidade de vida e na quantidade de resíduos com destinação ambientalmente adequada. Os resultados podem ser acessados na página <https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>.

Tabela 6 - Evolução dos indicadores socioambientais 2015-2016

CATEGORIAS	INDICADORES	2015	2016
PAPEL	2.1. Consumo de papel não-reciclado próprio - Kg	3.549	2.239
	2.2. Consumo de papel reciclado próprio - Kg	106.370	96.460

	2.8. Gasto com papel não-reciclado próprio - R\$	R\$ 47.322,54	R\$ 30.457,65
	2.9. Gasto com papel reciclado próprio - R\$	R\$ 1.155.970,90	R\$ 1.350.625,59
<b>COPOS DESCARTÁVEIS</b>	3.1. Consumo de copos descartáveis para água - unidades	66.695	61.295
	3.4. Gasto com copos descartáveis para água - R\$	R\$ 194.162,00	R\$ 182.752,02
<b>ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA</b>	4.1. Consumo de embalagens descartáveis para água mineral - unidades	517.608	488.208
	4.2. Consumo de embalagens retornáveis para água mineral - unidades	68.267	67.259
	4.3. Gasto com água mineral em embalagens descartáveis - R\$	R\$ 376.372,00	R\$ 363.269,70
	4.4. Gasto com água mineral em embalagens retornáveis - R\$	R\$ 452.248,00	R\$ 447.006,59
<b>IMPRESSÃO</b>	5.1. Quantidade de impressões-unidades	4.289,46	3.945
	5.2. Quantidade de equipamentos de impressão - unidades	4.473	4.226
	5.4. Gasto com aquisições de suprimentos - R\$	R\$ 1.449.571,00	R\$ 1.598.716,95
	5.5. Gasto com aquisição de impressoras - R\$	R\$ 12.685,00	R\$ 0,00
<b>TELEFONIA</b>	6.1. Gasto com telefonia fixa - R\$	R\$ 723.757,00	R\$ 706.470,21
	6.4. Gasto com telefonia móvel - R\$	R\$ 743.168,00	R\$ 680.291,73
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>	7.1. Consumo de energia elétrica - KWh	22.916.326	22.104.482
	7.3. Gasto com energia elétrica - R\$	R\$ 10.852.569,00	R\$ 11.205.929,62
<b>ÁGUA E ESGOTO</b>	8.1. Consumo de água - m <sup>3</sup>	125.558	125.830
	8.3. Gasto com água - R\$	R\$ 1.336.619,00	R\$ 1.471.331,09
<b>GESTÃO DE RESÍDUOS</b>	9.5. Coleta geral - Kg	128.930	149.844,20
	9.7. Destinação de resíduos de informática - Kg	18.420,55	12.098,92
	9.8. Destinação de suprimentos de impressão - Kg	4.600	8.667
	9.9. Destinação de pilhas e baterias - Kg	3.271,75	2.594,66
	9.10. Destinação de lâmpadas - unidades	31.813	34.368
	9.11. Destinação de resíduos de	102,46	167,54

	saúde - Kg		
<b>REFORMAS</b>	10.1. Gastos com reformas no período-base - R\$	R\$ 17.855.478,71	R\$ 21.448.340,94
	10.2. Gastos com reformas no período de referência - R\$	R\$ 12.382.804,00	R\$ 17.855.478,71
<b>LIMPEZA</b>	11.1. Gastos com contratos limpeza no período-base (jardinagem e lavação de vidro) - R\$	R\$ 29.377.174,41	R\$ 23.786.985,96
	11.2. m <sup>2</sup> Cont - Área contratada - m <sup>2</sup>	312.766,84	332.569,34
	11.4. Gastos com contratos de limpeza no período de referência (jardinagem + lavação de vidro) - R\$	R\$ 18.711.971,04	R\$ 19.098.731,28
	11.6. Gasto com material de limpeza - R\$	R\$ 661.980,39	R\$ 950.442,20
<b>VIGILÂNCIA</b>	12.1. Gastos com contratos de vigilância armada no período-base R\$	R\$ 28.737.028,06	R\$ 35.087.098,66
	12.2. Quantidade de postos de vigilância armada - unidades	319	320
	12.4. Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base - R\$	R\$ 326.265,76	R\$ 397.712,24
	12.5. Quantidade de postos de vigilância desarmada - unidades	8	8
	12.7. Gasto total com contratos de vigilância no período de referência - R\$	R\$ 28.180.033,15	R\$ 29.063.293,82
<b>VEÍCULOS</b>	13.1. Quilometragem - Km	1.702.194,00	1.182.740,00
	13.2. Quantidade de veículos a gasolina - unidades	23	14
	13.4. Quantidade de veículos flex - unidades	239	226
	13.5. Quantidade de veículos a diesel - unidades	18	11
	13.10. Quantidade de veículos de serviço - unidades	222	190
	13.14. Gasto com manutenção de veículos - R\$	R\$ 315.840,67	R\$ 302.650,58
<b>COMBUSTÍVEL</b>	14.1. Consumo de gasolina - l	162.619,71	134.580,96
	14.2. Consumo de etanol - l	5.060,17	3.256,21
	14.3. Consumo de diesel - l	20.975,25	13.471,26
<b>QUALIDADE DE VIDA</b>	15.1. Participações em ações de qualidade de vida - participantes	673	16.201

	15.2. Quantidade de ações de qualidade de vida - unidades	9	19
	15.7. Ações de inclusão - unidades	1	1
<b>CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL</b>	16.1. Ações de capacitação e sensibilização - unidades	42	2
	16.2. Participação em ações de sensibilização e capacitação - participantes	9.187	2.781

Fonte: Comissão de Gestão Socioambiental

Muito embora a análise dos indicadores de 2017 esteja em andamento, no aguardo do fechamento do ciclo anual, destaca-se, desde já, uma redução de consumo de papel na ordem de 20,51% até novembro de 2017.

A implantação do PJe bem como a execução de ações voltadas ao uso eficiente de papel motivaram a redução de consumo.

Conforme informações da Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio, as seguintes ações foram empreendidas neste sentido em 2017:

- a) Orientação aos usuários para o uso o recurso de impressão frente/verso;
- b) Orientação aos Técnicos de Suporte de Informática e usuários para configurarem as impressoras no modo "rascunho", visando à economia de toner;
- c) 100% de autuação de novos processos judiciais de primeiro e segundo graus por meio eletrônico;
- d) 95% de autuação de processos administrativos em meio eletrônico;
- e) Ampliação da digitalização de processos no primeiro grau de Jurisdição, ordenada por meio da Resolução Conjunta n. 6/2016- GP/CGJ, que instituiu o Programa Estadual de Digitalização de Processos nas Unidades Judiciárias do Primeiro Grau; e
- f) monitoramento mensal do consumo de papel.

## 6 PLANO DE AÇÕES DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL-PJSC/2018

O plano de ações de logística sustentável para 2018 prevê 52 ações que contemplam 14 das 16 categorias de indicadores, com exceção de telefonia e vigilância. As metas eleitas concentram-se em grupos de indicadores de temas que ainda não haviam sido prestigiados por ações dentro do PLS- PJSC, como é o caso dos copos plásticos, água envasada, limpeza e

combustível, a fim de alcançar melhores resultados socioambientais nas áreas de uso eficiente de insumos e materiais e de deslocamento.

A tabela abaixo apresenta as ações de logística sustentável para 2018 e as respectivas metas, organizadas por categoria de indicador.

Tabela 7 Plano de ações e metas para 2018

<b>CATEGORIA</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>META</b>
02 – Papel	Campanha para uso racional de impressoras e de papel	10 % de redução no consumo do papel para impressão
03 – Copos descartáveis	Avaliar a viabilidade de retirada de suporte de copos plásticos localizados nos setores internos do PJSC	Reduzir em 10% o consumo de copos descartáveis
03 – Copos descartáveis	Monitorar o consumo de copos descartáveis para conscientização	Atingir 100% dos usuários do PJSC
04 – Água envasada em embalagem plástica	Realizar campanha de sensibilização para a redução do consumo de garrafas plásticas	Atingir 100% dos usuários do PJSC
04 – Água envasada em embalagem plástica	Estudar a viabilidade de substituição de água mineral de 500 ml por água mineral em garrações de 20 l retornáveis	Reduzir em 10% o consumo de água mineral de 500 ml
05 – Impressão	Configuração das impressoras nos padrões econômicos de uso de toner	100% das impressoras configuradas.
07 – Energia elétrica	Substituição de ar condicionado do tipo janelado por split nos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas (DEA).	Substituir condicionadores de ar do tipo janelado por aparelhos do tipo split em 100% dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas.
08 – Água e esgoto	Elaborar relatório quanto à situação da conexão à rede pública de esgoto das edificações do PJSC (DEA).	Elaborar 100% do relatório.
09 – Gestão de resíduos	Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis	100% dos Fóruns das comarcas em cujos municípios houver entes licenciados junto aos órgãos ambientais competentes para atividades de triagem de resíduos recicláveis - classe II e que possuam infraestrutura própria e adequada para realizar a coleta, o transporte, a triagem e a destinação dos resíduos coletados.

09 – Gestão de resíduos	Implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos nos fóruns de SC - Fase 2	100% das comarcas que não possuem coleta seletiva implantada pelo Município
09 – Gestão de resíduos	Implantar o novo modelo de contratação de serviço regular e contínuo de coleta de bens apreendidos em processos judiciais, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, e de documentos sigilosos,	100% dos fóruns das comarcas e unidades do TJSC.
09 – Gestão de resíduos	Viabilizar controle de peso dos resíduos destinados à coleta seletiva solidária	100% dos Fóruns das comarcas e unidades do TJSC
09 – Gestão de resíduos	Implantar nos fóruns o uso de bombona de 50 litros para acondicionar com segurança os objetos apreendidos	100% dos Fóruns das comarcas e unidades do TJSC
09 – Gestão de resíduos	Dar andamento à contratação de serviços de compostagem na Grande Florianópolis Litoral Norte e Extremo Sul	100% dos fóruns e unidades da Grande Florianópolis, Litoral Norte e Extremo Sul.
09 – Gestão de resíduos	Publicar a Resolução de Bens Apreendidos	100% das etapas de publicação de legislação interna.
09 – Gestão de resíduos	Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e reforma (DEA).	Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em 100% das contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018.
10 – Reformas	Instalação/ampliação de bicicletários (DEA).	Atingir o número de 62 prédios com bicicletários ou instalar bicicletário em 15 prédios.
10 – Reformas	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde (DEA).	Elaborar 100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar, Navegantes e Canoinhas.
11 – Limpeza	Avaliar a possibilidade de adquirir produtos de limpeza biodegradáveis	Atingir 50% dos produtos adquiridos
11 – Limpeza	Campanha para uso racional de papel toalha	10 % de redução no consumo do papel toalha
11 – Limpeza	Revisão da capacidade das embalagens dos produtos de	20 % de redução no consumo dos materiais

	limpeza, copa e água mineral.	
13 – Veículos	Aquisição de veículos novos com dação em pagamento do veículos usados	10% dos veículos
14 – Combustível	Analisar a viabilidade de utilizar combustíveis com maior custo-benefício, tendo em vista critérios de sustentabilidade	10% da frota oficial abastecida com etanol em 2018
14 – Combustível	Reduzir a quantidade de combustíveis consumidos	Reduzir em 5% o consumo de combustíveis
14 – Combustível	Estudar a implantação de rotas e horários fixos para a realização de serviços pela Secretaria do TJSC	100% do estudo realizado
15 – Qualidade de Vida	Grupo de Prevenção e Administração do Stress	Atender 100% das solicitações de atendimento
15 – Qualidade de Vida	Atendimento individual aos servidores com nível de estresse elevado	Atender 100% das solicitações de atendimento
15 – Qualidade de Vida	Curso sobre Assédio Moral no trabalho	Capacitar 100 % dos servidores envolvidos no atendimento, Assistentes Social, Psicólogos e Médicos da DS e DGP
15 – Qualidade de Vida	Realizar a Semana da Saúde	Atender 100% do público alvo
15 – Qualidade de Vida	Fornecimento e aplicação da vacina antigripal em todas as unidades do Poder Judiciário Catarinense	Atender 100% do público alvo
15 – Qualidade de Vida	Campanha contra o câncer de mama - Outubro Rosa	Realizar campanha preventiva
15 – Qualidade de Vida	Campanha contra o câncer de próstata - Novembro Azul	Realizar campanha preventiva
15 – Qualidade de Vida	Análise Ergonômica do Trabalho	Realizar AET em 200 postos de trabalho das Comarcas de Santo Amaro, Biguaçu e Palhoça
15 – Qualidade de Vida	Orientação de Saúde e Segurança/Ergonomia ao Teletrabalhador	Atender 100% dos teletrabalhadores
15 – Qualidade de Vida	Implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional -PCMSO 2017/2018; execução dos Exames Médicos Ocupacionais e emissão dos atestados ocupacionais	100% dos magistrados e servidores do PJSC
15 – Qualidade de Vida	Implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais 2017/2018	100% das Comarcas do Estado e prédios do Tribunal de Justiça

15 – Qualidade de Vida	Monitoramento das vacinas ocupacionais dos servidores do PJSC prescritas cfme PCMSO	100% dos servidores com prescrição
15 – Qualidade de Vida	Ginástica Laboral	Aplicar a GL em 200 servidores/magistrados nas Comarcas de Santo Amaro, Biguaçu e Palhoça semanalmente
15 – Qualidade de Vida	Aplicação do Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais	Realizar o Programa em 2 comarcas no ano de 2018
15 – Qualidade de Vida	Entrevistas de Lotação e Relotação de servidores na Secretaria do TJ	Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal de Justiça e com os servidores que solicitem relotação.
15 – Qualidade de Vida	Grupos Vivenciais	Realizar um grupo vivencial no ano de 2018
15 – Qualidade de Vida	Programa de Acompanhamento do Desempenho	Promover o acompanhamento do desempenho com 10 servidores.
15 – Qualidade de Vida	Programa Bem-Estar no Trabalho	Realizar 5 edições do Programa Bem-Estar no Trabalho para 30 servidores
15 – Qualidade de Vida	Programa de Preparação para a Aposentadoria	Realizar 2 edições do Programa de Preparação para a Aposentadoria para 30 servidores
15 – Qualidade de Vida	Programa Rodízio de Funções	Realizar 2 edições do Programa Rodízio de Funções
15 – Qualidade de Vida	Homenagem aos servidores aposentados	Elaborar cartões de homenagem aos aposentados a todos os servidores que se aposentarão no ano de 2018
15 – Qualidade de Vida	Programa de Melhoria do Clima Organizacional	Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 3 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias)
15 – Qualidade de Vida	Programa Olhares: Revelando talentos do Judiciário catarinense	Realizar uma edição do Programa Olhares



15 - Qualidade de Vida	Projeto Dicas	Publicar dicas mensais referentes a: Saúde, Português, Gestão e Informática.
16 - Capacitação e Sensibilização Socioambiental	Realizar capacitação sobre a destinação de bens apreendidos, por meio de vídeo e/ou apostila educativos com instruções	100% das Secretarias de Foro
16 - Capacitação e Sensibilização Socioambiental	Aprimorar a divulgação dos pontos de coleta de óleo de motor	100% dos servidores da Grande Florianópolis
16 - Capacitação e Sensibilização Socioambiental	Capacitação para a gestão de resíduos e coleta seletiva	100% dos servidores das comarcas que tiverem implantação de coleta seletiva

## 7 RELATÓRIO DETALHADO DAS AÇÕES E METAS POR CATEGORIA DE INDICADOR

O relatório de desempenho das ações de 2017 e o plano previsto para 2018 foram organizados abaixo a partir das categorias de indicadores: papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, telefonia energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida e capacitação socioambiental.

Para cada categoria, discriminam-se o relatório de desempenho das ações de 2017 e a identificação das metas para 2018.

### 7.1 PAPEL

#### 7.1.1 Relatório das ações

7.1.1.1	<b>Ação</b>	<b>Campanha para uso racional de impressoras e de papel</b>
	Meta	Atingir 100% do público interno do PJSC
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material.
	Responsabilidade	SGS/DTI/DMP
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Meta cumprida.

Foi realizada campanha pela Secretaria de Gestão Socioambiental por meio da publicação de material de comunicação que incluiu a sensibilização para o uso consciente de papel. O material foi desenvolvido no formato de *e-mail marketing* e enviado aos servidores do PJSC por *mail-list* pelo Núcleo de Comunicação Institucional durante a VIII Semana do Meio Ambiente do Poder Judiciário catarinense.

A implantação do PJe bem como a execução de ações voltadas ao uso eficiente de papel motivaram uma redução de consumo de papel na ordem de 20,51% até novembro de 2017.

As seguintes ações foram empreendidas pelas Diretorias de Material e Patrimônio e de Tecnologia da Informação neste sentido em 2017:

- a) Orientação aos usuários para o uso o recurso de impressão frente/verso;
- b) Orientação aos Técnicos de Suporte de Informática e usuários para configurarem as impressoras no modo "rascunho", visando à economia de toner;
- c) 100% de autuação de novos processos judiciais de primeiro e segundo graus por meio eletrônico;
- d) 95% de autuação de processos administrativos em meio eletrônico;
- e) Ampliação da digitalização de processos no primeiro grau de Jurisdição, ordenada por meio da Resolução Conjunta n. 6/2016- GP/CGJ, que instituiu o Programa Estadual de Digitalização de Processos nas Unidades Judiciárias do Primeiro Grau; e
- f) monitoramento mensal do consumo de papel.

### 7.1.2 Identificação das metas 2018 - Grupo 2 - Papel

PLANO DE AÇÕES 2018 - PAPEL		OBJETIVO	META
SGS/DTI/DMP	Campanha para uso racional de impressoras e de papel	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material.	10 % de redução no consumo do papel para impressão

## 7.2 COPOS

### 7.2.1 Relatório das ações

Não houve ações listadas para este indicador em 2017.

### 7.2.2 Identificação das metas 2018 - Grupo 3 - Copos descartáveis

PLANO DE AÇÕES 2018 - COPOS		OBJETIVO	META
DIE - SGS - DMP	Avaliar a viabilidade de retirada de suporte de copos plásticos localizados nos setores internos do PJSC	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material	Reduzir em 10% o consumo de copos descartáveis
DIE - SGS - DMP	Monitorar o consumo de copos descartáveis para conscientização	Sensibilizar o público interno para o consumo consciente de materiais plásticos	Atingir 100% dos usuários do PJSC

## 7.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

### 7.3.1 Relatório das ações

Não houve ações listadas para este indicador em 2017.

### 7.3.2 Identificação das metas 2018 - Grupo 4 - Água envasada em embalagem plástica

PLANO DE AÇÕES 2018 - ÁGUA ENVASADA		OBJETIVO	META
DIE-SGS	Realizar campanha de sensibilização para a redução do consumo de garrafas plásticas	Sensibilizar o público interno para o consumo consciente de materiais plásticos	Atingir 100% dos usuários do PJSC
DIE-SGS	Estudar a viabilidade de substituição de água mineral de 500 ml por água mineral em garrafões de 20 l retornáveis	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material	Reduzir em 10% o consumo de água mineral de 500 ml

## 7.4 IMPRESSÃO

### 7.4.1 Relatório das ações

7.4.1.1	<b>Ação</b>	<b>Configuração das impressoras nos padrões econômicos de uso de toner</b>
---------	-------------	--

Meta	100% das impressoras configuradas.
Objetivo	Redução da quantidade de equipamentos e insumos
Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6
Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Meta cumprida.

A Diretoria de Tecnologia da Informação orientou os Técnicos de Suporte de Informática e usuários para o uso o recurso de impressão frente/verso e para a configuração de impressoras no modo "rascunho", e sensibilizou os usuários para evitarem impressões desnecessárias, visando à economia de papel e toner.

7.4.1.2	<b>Ação</b>	<b>Adoção de uso compartilhado das impressoras.</b>
	Meta	80% das impressoras com uso compartilhado.
	Objetivo	Redução da quantidade de impressoras em uso.
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6
	Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Meta não cumprida.

Foi realizada uma análise que demonstrou a dificuldade de implantação da meta de uso compartilhado em determinadas unidades judiciais e, portanto, a ação foi realinhada como meta para o ano-base 2018.

Encaminhamento para análise do CGInfo, proposta de Resolução que disciplina a distribuição de equipamentos de tecnologia da informação para magistrados e gabinetes de primeiro e segundo graus.

7.4.1.3	<b>Ação</b>	<b>Programa de destinação de cartuchos</b>
	Meta	100% dos cartuchos com destinação ecologicamente correta.
	Objetivo	Minimizar o impacto ambiental com o descarte de cartuchos usados.

Responsabilidade	Diretoria de Material e Patrimônio, Diretoria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Gestão Socioambiental.
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;

Meta cumprida.

Ação tratada nos autos do SPA n.15786/2016. Os cartuchos das marcas HP, Xerox, e Lexmark, são recolhidos pelos fabricantes, sem ônus para o erário e destinados à reciclagem. Os cartuchos de outras marcas são recolhidos por empresas especializadas, regulares e licenciadas para serviços de coleta, transporte, e destinação adequada, contratadas pelo TJSC.

7.4.1.4	Ação	<b>Acompanhamento do nível de ociosidade das impressoras.</b>
	Meta	50% das impressoras com ociosidade abaixo de 30%.
	Objetivo	Otimizar o uso de cada equipamento.
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6
	Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Meta não cumprida.

A meta relacionada à manutenção de ociosidade das impressoras em 30% não foi cumprida em virtude da impossibilidade de elaboração de política para verificação de ociosidade das impressoras.

Foi feito o encaminhamento para análise do CGInfo de proposta de Resolução que disciplina a distribuição de equipamentos de tecnologia da informação para magistrados e gabinetes de primeiro e segundo graus.

#### 7.4.3 Identificação das metas 2018 – Grupo 5 – Impressão

PLANO DE AÇÕES 2018 – IMPRESSÃO		OBJETIVO	META
DTI	Configuração das impressoras nos padrões econômicos de uso de toner	Redução o consumo de papel e insumos.	100% das impressoras configuradas.

## 7.5 TELEFONIA

### 7.5.1 Relatório de ações

Não houve ações listadas para este indicador em 2017.

### 7.5.2 Identificação das metas 2018 – Grupo 6 –Telefonia

Não há metas listas para este indicador em 2018.

## 7.6 ENERGIA ELÉTRICA

### 7.6.1 Relatório de ações

7.6.1.1	Ação	<b>Definição de critérios/restrições para redução das aquisições de ar condicionado do tipo janelheiro.</b>
	Meta	Reduzir 25% do uso de condicionadores de ar do tipo janelheiro mediante a substituição/instalação por aparelhos do tipo Split.
	Objetivo	Reduzir o consumo de energia elétrica no PJSC no que se refere aos sistemas de climatização, com base no levantamento de informações realizado em 2016.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica
	Apuração (do indicador)	Semestral

Meta cumprida.

Para o atendimento à meta acima foi efetuada uma reunião em 17/04/2017 na Diretoria de Engenharia e Arquitetura para definição das diretrizes relacionadas a pedidos de substituição de equipamentos de ar condicionado janelheiros por Splits. Tais diretrizes consistem em critérios de padronização das ações relacionadas a esta demanda, considerando a impossibilidade de atendimento a todos os pedidos efetuados pelas comarcas, pois a eliminação

completa dos equipamentos janeliros é inviável devido a questões diversas de ordem técnica e econômica. Além disso, objetivando-se o aumento do uso de Split de forma programada e factível, optou-se por priorizar um setor dos fóruns de cada vez. Neste momento foram priorizados os gabinetes de magistrados de fóruns com até 5 varas, tendo sido elaborado um cronograma para substituição de todos os equipamentos em um prazo de 1 (um) ano. Além desses casos, são deferidos os pedidos de instalação de Split para ambientes de salas de audiências, CPD e situações críticas (como salas enclausuradas). No caso de reformas e novas construções, há substituição de todos os equipamentos ou instalação de novos equipamentos com sistemas diversos de climatização (excetuando-se os equipamentos janeliros, salvo raras exceções e prédios cedidos ou locados).

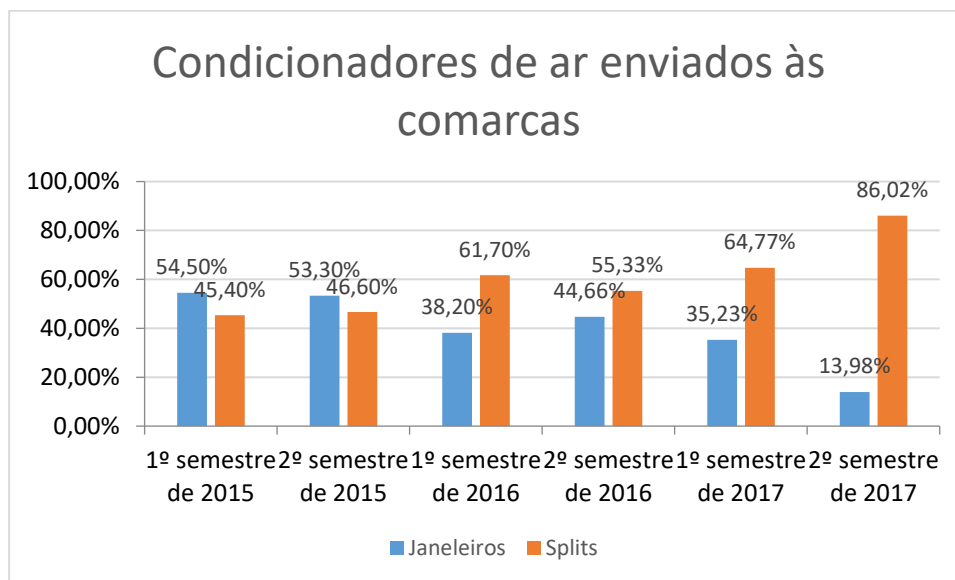
Tais diretrizes foram submetidas ao Conselho Gestor de Engenharia, que as aprovou, bem como à Secretaria-Geral deste Tribunal, constando essas informações no processo administrativo n. 9575/2015. As análises de pedidos de substituição de ar condicionado janeliros por Splits passaram a considerar as diretrizes definidas a partir de 09/05/2017.

Nesse contexto é relevante informar que o aumento do número de Splits e diminuição de instalação de janeliros, independente da definição das diretrizes acima, é fator observado desde que se iniciou esta análise comparativa (referente ao ano de 2015). Seguem informações quanto ao envio de aparelhos de ar condicionado às comarcas neste ano:

Tipo de condicionador de ar	2º Semestre de 2016	1º Semestre de 2017	2º Semestre de 2017*
<b>Janeleiro</b>	<b>46 unidades - 44,66%</b>	<b>31 unidades - 35,23%</b>	<b>13 unidades - 13,98%</b>
Hi Wall	42 unidades	55 unidades	79 unidades
Piso teto	11 unidades	2 unidades	0 unidade
Cassete	4 unidades	0 unidade	1 unidade
<b>Subtotal HW, PT e Cassete</b>	<b>57 unidades - 55,33%</b>	<b>57 unidades - 64,77%</b>	<b>80 unidades - 86,02%</b>
Total	103 unidades	88 unidades	93 unidades

\* De julho a outubro.

A seguir, quadro comparativo com os valores apurados nos exercícios anteriores:



Conclui-se, pelos dados acima, que a meta de reduzir para 25% a instalação de condicionadores de ar do tipo janelheiro nas comarcas foi atingida e superada, marcando o percentual de 13,98%.

### 7.6.2 Identificação das metas 2018 - Grupo 7 - Energia elétrica

PLANO DE AÇÕES 2018 - ENERGIA ELÉTRICA		OBJETIVO	META
DEA	Substituição de ar condicionado do tipo janelheiro por split nos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas (DEA).	Reduzir o consumo de energia elétrica no PJSC no que se refere aos sistemas de climatização, com aumento gradual do uso de split.	Substituir condicionadores de ar do tipo janelheiro por aparelhos do tipo split em 100% dos gabinetes de magistrados dos fóruns com até 5 varas.

## 7.7 ÁGUA E ESGOTO

### 7.7.1 Relatório de ações

7.7.1.1	<b>Ação</b>	<b>Ligação à rede pública de esgoto nos municípios que disponibilizam este serviço</b>
	Meta	Aumentar de 26 para 36 a quantidade de prédios com



	conexão à rede pública de tratamento de esgoto nos municípios que disponibilizam esse serviço, com prioridade aos que possuem sistema de fossa e filtro.
Objetivo	Aprimorar o sistema de tratamento de efluentes dos fóruns, com base no levantamento de informações realizado em 2016.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	III - água e esgoto
Apuração (do indicador)	Anual

Meta cumprida.

Considerando a meta supra, no primeiro semestre de 2017 foram concluídas as ligações da rede esgoto das edificações às respectivas redes públicas municipais das comarcas de Dionísio Cerqueira, Jaraguá do Sul e São José. Foram contratados projetos para futura execução das ligações nas comarcas de Blumenau (fóruns principal e Universitário) e Joinville (fóruns principal e Fazendário) e foi providenciada a contratação do projeto para a comarca de Indaial. No segundo semestre foi iniciado o projeto para o Fórum de Lages. Além disso está sendo efetuada a ligação à rede pública de coleta de esgoto no Fórum de Canoinhas na obra de construção do prédio, que será concluída em dezembro/2017.

Para a análise da meta foram considerados tanto aquelas edificações em que as providências foram conclusas (ligação à rede já executada) como aquelas cujas providências foram iniciadas (contratação ou elaboração dos projetos), pois há casos com prazo elevado para execução da obra. Como exemplo cita-se o Fórum de Indaial, em que o projeto hidrossanitário está sendo concluído, mas a obra será executada apenas após procedimento licitatório, devido aos custos e especificidades dos serviços.

Segue situação atual de cada comarca/prédio citado:

	Comarca	Cia. Esgoto responsável	Status	SPA
01	BLUMENAU	Odebrecht Ambiental	Projeto concluído, execução na obra reforma do prédio	-
02	BLUMENAU (FÓRUM UNIV.)	Odebrecht Ambiental	Projeto concluído, execução na obra reforma do prédio	12465/2015
03	CANOINHAS	Casan	Em execução por meio da obra de construção do novo prédio	-
04	DIONÍSIO	Casan	Executado	12574/2016

	CERQUEIRA			
05	INDAIAL	Casan	Projeto em revisão, execução deverá ser licitada	28336/2016
06	JARAGUÁ DO SUL	Samae	Executado	-
07	JOINVILLE	Águas de Joinville	Projeto concluído, será executado por RC	21927/2016
08	JOINVILLE - FAZENDÁRIO	Águas de Joinville	Projeto em fase final	467/2015
09	LAGES	Semasa Lages	Em projeto, será incluído na reforma	-
10	SÃO JOSÉ	Casan	Executado	-

Assim, foram executados os serviços ou iniciadas as providências para a execução dos serviços em 10 edificações.

### 7.7.2 Identificação das metas 2018 - Grupo 8 - Água e esgoto

PLANO DE AÇÕES 2018 - ÁGUA E ESGOTO	OBJETIVO	META
DEA Elaborar relatório quanto à situação da conexão à rede pública de esgoto das edificações do PJSC (DEA).	Acompanhar o aprimoramento do sistema de tratamento de efluentes das edificações do PJSC.	Elaborar 100% do relatório.

## 7.8 GESTÃO DE RESÍDUOS

### 7.8.1 Relatório de ações

7.8.1.1	Ação	<b>Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas obras.</b>
	Meta	Especificar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em pelo menos uma das obras previstas neste PPA.
	Objetivo	Viabilizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil nas obras do Poder Judiciário de Santa Catarina, de forma estruturada e considerando seus custos.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV - gestão de resíduos
	Apuração (do)	Anual

indicador)

Meta cumprida.

Para o atendimento da meta acima foi realizado um curso *in company* com o tema Gestão de Resíduos Sólidos na Construção Civil nos dias 03 e 04/04/2017. Como resultado do início da discussão, a obrigação da destinação ambientalmente adequada foi incluída no projeto de reforma do Fórum Universitário da Comarca de Blumenau, que se encontra em fase de conclusão dos projetos complementares e revisão dos projetos. Após, deverá ser elaborado o orçamento da obra para o posterior encaminhamento à licitação. Portanto, considera-se essa meta cumprida.

Além das metas acima, esta Diretoria de Engenharia e Arquitetura efetuou contato com uma empresa especializada em usina solar para elaboração de estudo de implantação dessa tecnologia nos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina. Essa questão está sendo tratada no SPA n. 25544/2017.

7.8.1.2	Ação	<b>Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos nas unidades do TJSC e comarcas</b>
	Meta	100% das unidades do PJSC com a destinação regular e contínua dos resíduos recicláveis à coleta seletiva
	Objetivo	Realizar a destinação regular e adequada dos resíduos gerados pelo PJSC nas unidades do TJSC e fóruns de Santa Catarinas.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos

Meta cumprida.

Quanto às contratações de coletas de resíduos recicláveis para destinação à coleta seletiva solidária, o primeiro contrato se deu em 2013, a partir de necessidade verificada na região da grande Florianópolis, exceto Capital, o que culminou no contrato 17/2013, cuja vigência expirou em 2017, sendo substituído, após a licitação respectiva, pelo contrato atual, 79/2017.

Quanto ao projeto que visa estender a 100% das unidades do PJSC, trata-se de ação que foi objeto do processo administrativo 560259-2014.9, ratificada pelo PLS-PJSC, aprovado pelo Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, enviado

ao CNJ e publicado em [www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel](http://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel).

Conforme planejamento constante do projeto respectivo, a implantação está sendo realizada de forma gradativa, a partir das informações coletadas e levantamentos realizados. O projeto piloto se deu na região do extremo sul, onde na fase inicial a contratação se deu por meio de RC, dentro do limite legal, durante a fase que antecedeu a licitação, que culminou no contrato 97/2015.

A partir de então, os estudos visando a instrução das contratações vem se dando gradativamente, de acordo com o planejamento constante do projeto, em cada região, de acordo com as informações a seguir enumeradas.

Contrato para resíduos recicláveis:

1.São José (TJSC e Fórum), Biguaçu (Fórum), Santo Amaro da Imperatriz (Fórum), e Palhoça (TJSC) - Contrato n. 79/2017, com vigência até 13/06/2018. Ecoeficiência Soluções Ambientais Ltda EPP;

2.Região do Extremo Sul (Araranguá, Sombrio, Turvo, Meleiro e Santa Rosa do Sul – Contrato n. 97/2015), com vigência até 13/07/2018. Ecofaq Resíduos e Transporte Ltda – Coletas em Araranguá semanais e nos demais fóruns mensais;

3. Região Noroeste (os Fóruns de São Lourenço do Oeste, Xaxim e Xanxerê são atendidos pelo serviço público municipal) Abelardo Luz, Coronel Freitas, Ponte Serrada, Quilombo, São Domingos e Seara – Contrato n. 160/2015), com vigência até 07/10/2017. Ambiental Transporte de Resíduos Ltda. - coletas mensais, na última quarta feira do mês;

4. Regiões Sul e Sudeste (os Fóruns de Criciúma, Forquilha, Urussanga, Lauro Muller, Tubarão, Imbituba, Garopaba, e Orleans são atendidos pelo serviço público municipal) Braço do Norte, Armazém, Capivari de Baixo, Imaruí, Laguna, Içara e Jaguaruna - Contrato n. 240/2015), com vigência até 12/01/2018. Ambiental Transporte de Resíduos Ltda. - coletas mensais, na última quarta feira do mês;

5. Região Serrana (Urubici, Bom Retiro e São Joaquim – Contrato n. 191/2015), com vigência até 24/11/2017. Ambiental Transporte de Resíduos Ltda. - coletas mensais, na última quarta feira do mês;

6. Região do Vale do Tijucas – os Fóruns de São João Batista, Tijucas, Porto Belo, e Itapema, são atendidos pelo serviço público municipal, não há contratação prevista para esta região;

7. Região do Vale do Itajaí - os Fóruns de Gaspar, Blumenau, Indaial, Timbó, e Pomerode, são atendidos pelo serviço público municipal, não há contratação prevista para esta região;

8. Região do Litoral Norte (Balneário Camboriú, Brusque, Balneário Piçarras, Barra Velha, Camboriú, Itajaí e Navegantes – Contrato 50/2017), com vigência até 18/04/2018. Ambiental Transporte de Resíduos Ltda. - coletas mensais, na última semana do mês;

9. Região Nordeste - os Fóruns de Itapoá e Garuva são atendidos pelo serviço público municipal, para as coletas nos Fóruns de Araquari, São Francisco do Sul Joinville, Guaramirim, e Jaraguá do Sul busca-se a formalidade da destinação que já ocorre mediante a chamada pública de convênio sem ônus para o erário que é objeto do processo administrativo 20206/2017;

10. Região Norte – os Fóruns de São Bento do Sul, Mafra, Papanduva, Canoinhas, e Porto União, são atendidos pelo serviço público municipal. Para as coletas no Fórum de Itaiópolis, tendo em vista que se trata do único município que carece do serviço público municipal na região, a contratação está sendo objeto de licitação, objeto do processo administrativo 34818/2017, em fase adiantada, com expectativa de contratação para execução dos serviços a partir de janeiro/2018.

11. Região do Alto Vale do Itajaí – os Fóruns de Ibirama, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Ituporanga, Trombudo Central, e Rio do Campo, são atendidos pelo serviço público municipal. Para as coletas nos Fóruns de Ascurra e Rio do Oeste, foi realizado aditivo no contrato 50/2017, dentro do limite legal, viabilizando as coletas mensais a partir de dezembro/2017.

12. Para as coletas nas unidades diversas do TJSC na Capital, e nos Fóruns da Capital, foi concebido o novo modelo de convênio para destinação à coleta seletiva solidária, objeto de chamada pública (disponível em <https://www.tjsc.jus.br/licitacoes-contratos-e-fornecedores> -n edital 70/2017), sem ônus para o erário, através de parceira com a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis, através do convênio 115/2017.

13. Região Meio Oeste (os Fóruns de Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto, Anita Garibaldi, Fraiburgo, Caçador, Videira, Herval d'Oeste, e Joaçaba são atendidos pelo serviço público municipal). Para as coletas nos Fóruns de Campo Belo do Sul, Curitibaanos, Santa Cecília, Lebon Régis, Tangará, Campos Novos, Capinzal, e Catanduvras, tendo em vista que os municípios sede das comarcas carecem do serviço público municipal de coleta seletiva, a contratação está sendo objeto de licitação, objeto do processo administrativo 33907/2017, em fase adiantada, com expectativa de contratação para execução dos serviços a partir de fevereiro/2018.

14. Região Oeste (os Fóruns de Concórdia, Ipumirim, Seara, Itá, Chapecó, Palmitos, Itapiranga, Descanso, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, e Pinhalzinho, são atendidos pelo serviço público municipal). Para as coletas nos Fóruns de São Carlos, Mondaí, Anchieta, Cunha Porã, Modelo, e Maravilha, tendo em vista que os municípios sede das comarcas carecem do serviço público municipal de coleta seletiva, a contratação está sendo objeto de licitação, objeto do processo administrativo 33916/2017, em fase adiantada, com expectativa de contratação para execução dos serviços a partir de fevereiro/2018.

7.8.1.3	Ação	<b>Publicação de resolução para regulamentação da destruição de bens apreendidos em processos judiciais, com destinação adequada à legislação ambiental.</b>
	Meta	Regulamentar a destinação de 100% dos bens apreendidos judicialmente.
	Objetivo	Regulamentar a destruição de bens apreendidos em processos judiciais, considerando-se a legislação e os contratos de coleta firmados pela administração.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos

Parcialmente cumprida.

A ação n. 2 da SGS foi relatada no Processo Administrativo n.2480/2017 e refere-se à regulamentação da destruição de bens apreendidos em processos judiciais.

Objetiva-se com tal ação, a publicação de resolução regulamentando a destruição de bens apreendidos em processos judiciais com a destinação adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes da destruição que devido às suas características não podem

ser doados ou leiloados e tiveram a destruição determinada nos autos do processo judicial pelo Juízo competente.

A proposta previa as ações do grupo de trabalho com o seguinte cronograma:

<b>Cronograma</b>	<b>Previsão</b>	<b>Realização</b>
Convocação do Grupo	Janeiro	Março - Abril - Maio
1ª Reunião - Apresentação do escopo do projeto	Fevereiro	7 Junho
2ª Reunião - Apresentação das rotinas administrativas e dos parâmetros legais Fechamento do escopo do projeto	Março	7 Junho
3ª Reunião - Apresentação de propostas dos membros quanto à normativa	Abril	7 Junho
4ª Reunião - Elaboração conjunta, em documento compartilhado, de minuta de Resolução	Maio	Junho SGS -> DDI -> SGS
5ª Reunião - Elaboração conjunta, em documento compartilhado, de minuta de Resolução e Apresentação do documento final	Junho	11 Julho
Revisão do documento final e Conclusão dos trabalhos	Julho	11 Julho
ANÁLISE CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - apresentação do documento final	Agosto Setembro	21/7 Encaminhado à CGJ. 3/8 A Assessoria sugeriu alterações à Juíza-Corregedora.
ANÁLISE GABINETE PRESIDÊNCIA / ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA / GP	Novembro	Em análise pelo Dr. Luis Felipe Canever em 13/11/2017.

Conclui-se, da análise do comparativo acima, que apesar de um atraso inicial, as reuniões previstas foram condensadas em 2 (dois) encontros e, após a apresentação da Minuta pela Secretaria de Gestão Socioambiental e a revisão da Assessoria Técnica da Diretoria de Documentação e Informações, o documento final foi encaminhado à Presidência, encontrando-se em andamento em conformidade com o cronograma, pendente apenas a chancela do presidente e a publicação oficial.

7.8.1.4	Ação	<b>Adequação da destinação das lâmpadas e reatores à logística reversa preconizada pela Lei n. 12305/3010.</b>
---------	------	--

Meta	Realizar logística reversa na coleta de lâmpadas e reatores em 100% das unidades do PJSC
Objetivo	Adequar a destinação das lâmpadas fluorescentes e periféricos à logística reversa de resíduos preconizada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei n. 12305/2010.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV – gestão de resíduos

Parcialmente cumprida.

De acordo com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, os antigos contratos de manutenção predial tiveram a vigência finalizada em 30/9/2017 e estão vigentes os contratos de manutenção predial da DEA que preveem a logística reversa das lâmpadas e reatores (ou seja, o recolhimento deste material pela empresa no momento da sua substituição), com exceção da região do Vale do Itajaí, cuja licitação está em andamento.

Tendo isso em vista, foi comunicado às comarcas que as lâmpadas inservíveis (marco 30/09/2017) fossem recolhidas pelos serviços dos contratos de bens inservíveis sob a gerência desta Secretaria de Gestão Socioambiental.

Segue abaixo a tabela enviada às comarcas com o mês no qual as coletas de lâmpadas deverão ser realizadas e periodicidade do serviço.

REALIZAR COLETA DE LÂMPADAS EM:	Contrato	Região	Periodicidade
2017 – OUTUBRO	94/2016	Oeste	Abril/Outubro
2017 – DEZEMBRO	219/2014	Leste	Várias
2018 – JANEIRO	84/2016	Sul	Janeiro/Julho
2018 – MARÇO	71/2016	Vale	Março/Setembro
2018 – MARÇO	107/2016	Norte	Março/Setembro
2018 – ABRIL	65/2016	Meio Oeste	Abril/Outubro

Por meio dos contratos 94/2016 e 219/2014 já foi realizada a coleta do passivo de lâmpadas.

Os contratos n. 84/2016, 71/2016 e 107/2016 estão com o recolhimento previsto para os próximos meses, conforme a periodicidade do contrato.



### 7.8.2 Identificação das metas 2018 – Grupo 9 – Gestão de resíduos

PLANO DE AÇÕES 2018 – GESTÃO DE RESÍDUOS		OBJETIVO	META
SGS	Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis	Realização de chamadas públicas com vistas ao credenciamento de organizações não governamentais e associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis aptas a realizar a coleta dos resíduos recicláveis - classe II, assim definidos pela ABNT NBR 10004:2004, sem ônus diretor para o erário, nos fóruns das comarcas em cujos municípios houver entes licenciados junto aos órgãos ambientais competentes para atividades de triagem de resíduos recicláveis - classe II, compreendendo a coleta nos locais definidos para armazenamento temporário, a pesagem, o transporte e a destinação final adequada à legislação ambiental para reciclagem e retorno ao ciclo produtivo, com rateio de valores aferidos entre os associados ou cooperados, no caso de associações e/ou cooperativas de catadores, ou cuja renda seja comprovadamente revertida exclusivamente para os programas sociais desenvolvidos pela própria entidade, no caso de organizações não governamentais, mediante assinatura de Termo de Cooperação.	100% dos Fóruns das comarcas em cujos municípios houver entes licenciados junto aos órgãos ambientais competentes para atividades de triagem de resíduos recicláveis - classe II e que possuam infraestrutura própria e adequada para realizar a coleta, o transporte, a triagem e a destinação dos resíduos coletados.
SGS	Implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos nos fóruns de SC - Fase 2	Concluir a implantação do PGRS dos fóruns de SC	100% das comarcas que não possuem coleta seletiva implantada pelo Município
SGS	Implantar o novo modelo de contratação de serviço regular e contínuo de coleta de bens apreendidos em processos judiciais, de bens permanentes e materiais de	O projeto básico apresentado trata de bens apreendidos em processos judiciais, que devido às suas características não puderam ser doados ou alienados, e que tiveram a destruição determinada pelo juízo competente nos autos dos processos judiciais respectivos, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, que tiveram a inutilização determinada pela autoridade competente nos autos dos processos administrativos respectivos, e de	100% dos fóruns das comarcas e unidades do TJSC.

	consumo inservíveis, e de documentos sigilosos,	documentos sigilosos e/ou processos findos, que precisam passar por processos seguros de destruição, inutilização, e/ou fragmentação, para garantia da segurança da destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, impossibilitando o retorno, no todo ou em parte, para utilização na prática dos ilícitos a que se destinavam, da inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, sem valor agregado, mas que podem causar riscos à saúde e/ou ao meio ambiente, se dispostos de forma inadequada à regulamentada pela legislação, e da fragmentação de documentos sigilosos oriundos de processos judiciais ou procedimentos administrativos, impossibilitando o acesso às informações neles contidas, com destinação adequada dos resíduos resultantes dos processos de destruição dos bens apreendidos, da inutilização dos bens e materiais inservíveis, e da fragmentação dos documentos sigilosos.	
SGS	Viabilizar controle de peso dos resíduos destinados à coleta seletiva solidária	Obter informações sobre o peso da coleta dos resíduos recicláveis nas comarcas em que haja coleta seletiva municipal em funcionamento, nos moldes do projeto implantado nas Comarcas de Criciúma e Forquilha.	100% dos Fóruns das comarcas e unidades do TJSC
SGS	Implantar nos fóruns o uso de bombona de 50 litros para acondicionar com segurança os objetos apreendidos	Garantir o armazenamento dos bens apreendidos com segurança, por meio do uso de bombona com sistema de fechamento.	100% dos Fóruns das comarcas e unidades do TJSC
SGS	Dar andamento à contratação de serviços de compostagem na Grande Florianópolis Litoral Norte e Extremo Sul	Contratar empresa especializada em compostagem para coletar, transportar e realizar a compostagem do pó de café usado e dos resíduos de poda e jardinagem das unidades e comarcas da Grande Florianópolis, Litoral Norte e Extremo Sul.	100% dos fóruns e unidades da Grande Florianópolis, Litoral Norte e Extremo Sul.

SGS/CGJ	Publicar a Resolução de Bens Apreendidos	Permitir a padronização dos procedimentos de coleta de bens apreendidos, em consideração aos dispositivos legais que regem o tema.	Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em 100% das contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018.
DEA	Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas contratações de elaboração de projetos e orçamentação de obras de construção e reforma (DEA).	Viabilizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil nas obras do Poder Judiciário de Santa Catarina, de forma estruturada e considerando seus custos. Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em todas as contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018.	Incluir a exigência de apresentação de estudo quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em 100% das contratações de elaboração de projetos do tipo "pacote fechado" a serem encaminhadas para licitação em 2018.

## 7.9 REFORMAS

### 7.9.1 Resultado das ações

7.9.1.1	Ação	<b>Instalação/ampliação de bicicletário.</b>
	Meta	Aumentar de 44 para 62 o número de prédios que possuem bicicletários, com prioridade às comarcas que manifestaram interesse.
	Objetivo	Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas, com base no levantamento

	de informações realizado em 2016.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VIII – deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes
Apuração (do indicador)	Anual

Meta parcialmente cumprida.

Após o levantamento efetuado em 2016 acerca da existência de bicicletários nas edificações do PJSC, foi definida a meta para instalação em 18 edificações que não possuíam esse equipamento. Assim, foi instalado ou foram iniciadas tratativas para instalação nas seguintes edificações:

- Fórum Universitário de Blumenau (instalado por meio da RC n. 16/2016);
- Fórum Fazendário de Joinville (instalado por meio da RC n. 49/2016);
- Unidade Almirante Lamego (instalado por meio da RC n. 11/2016);
- Fórum de Biguaçu (em estudo por meio do SPA n. 27760/2017);
- Fórum de Mafra (em estudo por meio do SPA n. 41521/2017);
- Fórum de Jaguaruna (em estudo por meio do SPA n. 34036/2017);
- Fórum de Santo Amaro da Imperatriz (em estudo por meio do SPA n. 40088/2017);
- Fórum da Capital/TJ (em estudo por meio do SPA n. 14705/2015);
- Fórum de Xanxerê (instalado por meio do contrato de reforma do prédio);
- Fórum do Estreito (instalado por meio do contrato de reforma do prédio); e
- Fórum de Tubarão (será instalado por meio do contrato de reforma do prédio).

Além das edificações acima, foi providenciada ampliação do número de vagas ou novo equipamento nas seguintes edificações:

- Fórum de Guaramirim (SPA n. 35718/2017);
- Fórum de Gaspar (novo fórum, instalado por meio do contrato de construção);

- Fórum de Canoinhas (novo fórum, instalado por meio do contrato de construção);

- Unidade Presidente Coutinho (instalado por meio da RC n. 47/2017, previsão para ampliação por meio do SPA n. 30290/2017).

Assim, conclui-se que foi providenciada a instalação de bicicletários em 11 edificações que não possuíam esse equipamento, e ampliado ou substituído o equipamento em 4 comarcas. Portanto, a meta foi parcialmente atingida.

Cabe ainda destacar que o fornecimento de bicicletários foi incluído nos novos contratos de manutenção predial de forma a facilitar o atendimento dessa demanda. Os contratos de n. 75/20147, 88/2017, 91/2017, 107/2017, 111/2017 e 116/2017 foram assinados de junho a agosto do corrente ano, respectivamente para as regiões da Grande Florianópolis – 1º e 2º graus, Norte, Sul, Serrana e Oeste do Estado, restando ainda pendente o contrato para a região do Vale do Itajaí, pois o procedimento licitatório foi suspenso por medida judicial.



**Figura 1- Bicicletário instalado na UPC**



**Figura 2: Bicletário instalado no novo Fórum de Gaspar**

7.9.1.2	Ação	<b>Avaliação pós-ocupação da cobertura verde.</b>
	Meta	Elaborar relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Navegantes.
	Objetivo	Apurar as vantagens e desvantagens da cobertura verde nos fóruns de Gaspar e Navegantes, concluindo pela manutenção, modificação ou eliminação dessa diretriz nos novos projetos.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica; V – qualidade de vida no ambiente de trabalho
	Apuração (do indicador)	Anual; única

Meta parcialmente cumprida.

A análise a seguir foi elaborada apenas para a Comarca de Gaspar, cujo fórum foi inaugurado em 26/06/2017. Quanto à obra de construção do novo Fórum de Navegantes, cuja avaliação da cobertura verde estava prevista inicialmente na meta, ainda não cabe a análise, pois a obra está em atraso e não foi recebida pelo Poder Judiciário.

O produto que se encontra instalado no Fórum de Gaspar é o sistema Hidro Modular, da marca ECOTELHADO, apoiado sobre a laje de cobertura do bloco do Salão do Júri. Esse sistema é composto pelos seguintes elementos:

- Módulo piso nuvem - módulo semi-flexível confeccionado com plástico reciclado, com dimensões de 40 x 40 x 7cm;

- Módulo galocha - módulo semi-flexível confeccionado com plástico reciclado, com dimensões de 40 x 80 x 5,5cm;

- Membrana de absorção - membrana de tonalidade cinza escuro, fornecida em rolo espessura de 2mm, largura de 90cm e comprimentos diversos, composta de não tecido reciclado;

- Substrato leve - de baixo peso específico, composto de materiais orgânicos e sintéticos oriundos da indústria de reciclagem; e

- Vegetação - planta arbustiva do tipo Boldo Anão (fácil cultivo/manutenção).

A fabricante do produto elenca os seguintes benefícios na sua utilização:

- Utiliza menos substrato na instalação, com conseqüente redução de custo;

- A manutenção ou eventual retirada é mais simples, e não sobrecarrega a edificação com peso desnecessário;

- Contribui para a drenagem urbana, pois retém água da chuva;

- Traz conforto térmico e acústico para os ambientes internos;

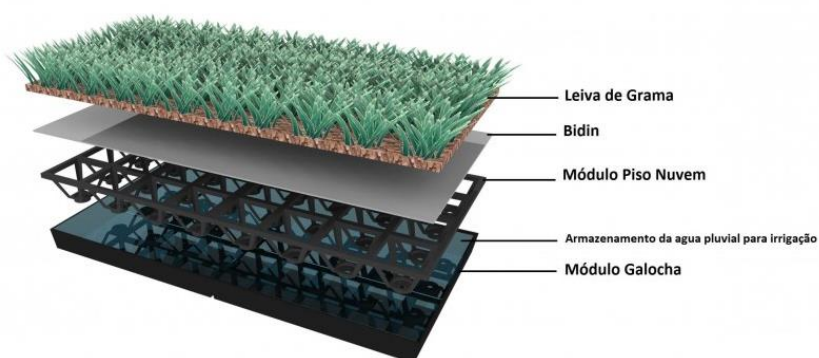
- Devolve a biodiversidade à cidade;

- Ajuda a diminuir a temperatura do micro e macro ambiente externo;

- Aumenta a durabilidade dos prédios, pois reduz a amplitude térmica;

- Reduz a poluição do ar pelo gás carbono; e

- Aumenta o convívio com a natureza em diferentes locais.



**Figura 3- Esquema do sistema Hidro modular da marca ECOTELHADO**

Durante a execução da obra o sistema se apresentou de fácil instalação, pois se tratam de peças modulares previamente montadas, sendo necessário apenas depositá-las sobre a laje, que foi antecipadamente impermeabilizada.

Atualmente o sistema se encontra em bom estado, com exceção de pequenas áreas cobertas, onde as plantas não conseguiram se desenvolver. Nesses casos a comarca está efetuando regas periódicas, pois a chuva não incide diretamente sobre as plantas. Nas demais áreas (que recebem chuva) não estão sendo necessárias regas, caracterizando uma baixa manutenção. Seguem imagens atuais do local, encaminhadas pela comarca.





**Figura 04: Cobertura verde do novo Fórum de Gaspar**



**Figura 05: Cobertura verde do novo Fórum de Gaspar**



**Figura 06: Cobertura verde do novo Fórum de Gaspar**

Não foram relatados problemas com infiltração de águas nos ambientes internos, embora tais problemas, caso houver, se referirão à impermeabilização, e não especificamente às bandejas com plantas.

Portanto, até o momento o sistema se mostrou adequado, embora sejam necessários ajustes quanto à especificação e plantio de novas plantas nas áreas cobertas.

Como o prédio possui poucos meses de uso, esta Diretoria continuará acompanhando a evolução/utilização do produto, para posterior avaliação, em obras futuras, quanto à pertinência na aplicabilidade dessa solução.

### 7.9.2 Identificação das metas 2018 - Grupo 10 - Reformas

PLANO DE AÇÕES 2018 - REFORMAS		OBJETIVO	META
DEA	Instalação/ampliação de bicicletários (DEA).	Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas e prédios.	Atingir o número de 62 prédios com bicicletários ou instalar bicicletário em 15 prédios.
DEA	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde (DEA).	Acompanhar a evolução do sistema de cobertura verde dos fóruns de Gaspar, Navegantes e Canoinhas Apurar, e apurar suas vantagens e desvantagens.	Elaborar 100% do relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar, Navegantes e Canoinhas.

## 7.10 LIMPEZA

### 7.10.1 Resultado das ações

Não houve ações listadas para este indicador em 2017.

### 7.10.2 Identificação das metas 2018 - Grupo 11 - Limpeza

PLANO DE AÇÕES 2018 - LIMPEZA		OBJETIVO	META
DIE/DMP/SGS	<b>Avaliar a possibilidade de adquirir produtos de limpeza biodegradáveis</b>	Diminuir o impacto ambiental no consumo dos materiais e serviços relacionados aos procedimentos de limpeza do PJSC	Atingir 50% dos produtos adquiridos
DIE/DMP/SGS	Campanha para uso racional de papel toalha	1- Elaborar campanha para incentivar o uso consciente	10 % de redução no consumo do

		do papel toalha com orientações acerca de sua utilização. 2 - Criação de novo adesivo de campanha para ser fixado nos <i>dispenser</i> . 3 - Acompanhamento trimestral com sinalização de Unidades que tenham apresentado ampliação no consumo	papel toalha
DIE/DMP	Revisão da capacidade das embalagens dos produtos de limpeza, copa e água mineral.	1- Pesquisar no mercado as embalagens e capacidades dos diferentes produtos de limpeza, copa e água mineral oferecidos. 2 - Simular a redução em valores com a alteração. 3 - Definição dos produtos que deverão ter sua embalagem alterada.	20 % de redução no consumo dos materiais

## 7.11 VIGILÂNCIA

### 7.11.1 Resultado das ações

7.11.1.1	Ação	<b>Avaliar a necessidade de contratação de vigilância armada.</b>
	Meta	100% dos estudos para análise da possibilidade das substituições sugeridas no próximo contrato.
	Objetivo	Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 12, indicadores 12.1 a 12.8.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;

Cumprida.

Os estudos foram concluídos e o novo procedimento licitatório será concluído até o final de 2017.

#### **7.11.2 Identificação das metas 2018 – Grupo 12 – Vigilância**

Não há metas listadas para este indicador em 2018.

### 7.12 VEÍCULOS

#### **7.12.1 Resultado das ações**

Não houve ações listadas para este indicador em 2017.

#### **7.12.2 Identificação das metas 2018 – Grupo 13 – Veículos**

PLANO DE AÇÕES 2018 – VEÍCULOS		OBJETIVO	META
DIE	<b>Aquisição de veículos novos com dação em pagamento do veículos usados</b>	Melhorar o planejamento das aquisições de veículos	10% dos veículos

### 7.13 COMBUSTÍVEL

#### **7.13.1 Resultado das ações**

Não houve ações listadas para este indicador em 2017.

#### **7.13.2 Identificação das metas 2018 – Grupo 14 – Combustível**

PLANO DE AÇÕES 2018 – COMBUSTÍVEL		OBJETIVO	META
-----------------------------------	--	----------	------

DIE	Analisar a viabilidade de utilizar combustíveis com maior custo-benefício, tendo em vista critérios de sustentabilidade	Utilizar combustível menos poluente e de fontes renováveis Reduzir a emissão de gases poluentes;	10% da frota oficial abastecida com etanol em 2018
DIE	Reduzir a quantidade de combustíveis consumidos	Reduzir a emissão de gases poluentes; Reduzir o consumo de combustíveis	Reduzir em 5% o consumo de combustíveis
DIE	Estudar a implantação de rotas e horários fixos para a realização de serviços pela Secretaria do TJSC	1 - Otimizar as rotas; 2 - Diminuir o consumo de combustíveis nos deslocamentos e a emissão de gases poluentes;	100% do estudo realizado

#### 7.14 QUALIDADE DE VIDA

##### 7.14.1 Resultado das ações

7.14.1.1	<b>Ação</b>	<b>Desenvolvimento de Relações Interpessoais.</b>
	<b>Meta</b>	Realizar três grupos no ano de 2017.
	<b>Objetivo</b>	Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.
	<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
	<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Em 2017, está sendo realizado grupo vivencial em uma comarca.

7.14.1.2	<b>Ação</b>	<b>Lotação e relocação dos servidores do TJ.</b>
----------	-------------	--

Meta	Realizar entrevista com todos os servidores nomeados no TJ ou com interesse de relocação interna.
Objetivo	Adequar a lotação do servidor ao seu perfil.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Foi realizada entrevista com todos os novos servidores do Tribunal de Justiça, dos cargos que requerem entrevista, totalizando 28 servidores, e com todos os que se inscreveram no Banco de Relocação até o final do ano de 2017.

7.14.1.3	Ação	<b>Diagnósticos diversos.</b>
	Meta	Realizar intervenção em três comarcas no ano de 2017.
	Objetivo	Acompanhar e desenvolver os servidores.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Foi realizado diagnóstico para subseqüentes intervenções em três comarcas.

7.14.1.4	Ação	<b>Grupos vivenciais.</b>
	Meta	Realizar quatro grupos no ano de 2017.
	Objetivo	Contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas

Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Meta não cumprida.

Devido a priorização de outras ações da equipe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas foi revista a meta e definido que não será realizado nenhum Grupo Vivencial em 2017.

7.14.1.5	Ação	<b>Programa de acompanhamento do desempenho.</b>
	Meta	Realizar intervenção em seis comarcas no ano de 2017.
	Objetivo	Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida e superada.

Foi realizada intervenção em 11 comarcas e em uma Diretoria do Tribunal de Justiça.

7.14.1.6	Ação	<b>Programa bem-estar no trabalho.</b>
	Meta	Realizar cinco eventos para 30 servidores no ano de 2017.
	Objetivo	Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.



Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.
---	--

Parcialmente cumprida.

Realizada uma edição do Programa Bem-Estar no Trabalho em 2017.

7.14.1.7	Ação	<b>Programa de preparação para aposentadoria.</b>
	Meta	Realizar um evento para 30 servidores no ano de 2017.
	Objetivo	Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida e superada.

Realizadas duas edições do Programa de Preparação para a Aposentadoria em 2017.

7.14.1.8	Ação	<b>Rodizio de funções.</b>
	Meta	Realizar duas edições do evento no ano de 2017.
	Objetivo	Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça / comarca.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

CNJ)	
------	--

Cumprida.

Foram realizadas duas edições do Programa Rodízio de Funções em 2017.

7.14.1.9	<b>Ação</b>	<b>Homenagem aos servidores aposentados.</b>
	<b>Meta</b>	Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores que se aposentarem no ano de 2017.
	<b>Objetivo</b>	Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.
	<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
	<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Foram confeccionados cartões para todos os servidores que se aposentaram em 2017, totalizando 166 cartões de homenagem aos aposentados.

7.14.1.10	<b>Ação</b>	<b>Programa de melhoria do clima organizacional.</b>
	<b>Meta</b>	Aplicar o programa em seis comarcas no ano de 2017.
	<b>Objetivo</b>	Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.
	<b>Responsabilidade</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas
	<b>Indicadores (Glossário, 1ª edição)</b>	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	<b>Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)</b>	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Foi aplicado o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 2 comarcas e em 2 Diretorias do Tribunal de Justiça.

7.14.1.11	Ação	<b>Projeto "Dicas".</b>
	Meta	Disponibilizar uma dica de português e uma de saúde por mês durante todos os meses do ano de 2017.
	Objetivo	Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Foram disponibilizadas dicas de saúde e de português durante todo o ano de 2017, além de 8 dicas relacionadas à Avaliação de Desempenho.

7.14.1.12	Ação	<b>Programa "Olhares".</b>
	Meta	Realizar duas edições do programa no ano de 2017.
	Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Foi realizada uma edição do Programa Olhares em 2017.

7.14.1.13	Ação	<b>Teletrabalho.</b>
	Meta	Possibilitar a participação de 100 servidores no programa.
	Objetivo	Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Existem 230 servidores em Teletrabalho até o fechamento do relatório.

7.14.1.14	Ação	<b>Avaliação antropométrica</b>
	Meta	Avaliar 350 postos de trabalho (4% da população)
	Objetivo	Diagnosticar problemas nos postos de trabalho de maneira não presencial, de tal forma a prevenir DORT/LER
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Parcialmente cumprida.

Foram atendidos 194 postos, o equivalente a 55,5% da meta proposta, ou seja, 350 postos. A pequena quantidade de recursos humanos disponíveis e capazes atua negativamente no desempenho do indicador.

7.14.1.15	Ação	<b>Análise de avaliação antropométrica.</b>
	Meta	Avaliar 100 % das respostas emitidas nas fichas de avaliação antropométrica
	Objetivo	Diagnosticar e propor soluções a incompatibilidade entre os trabalhadores e os instrumentos disponibilizados para a execução do trabalho

Responsabilidade	Diretoria de Saúde
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Cumprida.

Foram atendidas 194 pessoas sob o ponto de vista antropométrico e em todas as planilhas houve análise. Portanto, o indicador mantém-se em 100%, pois é cumprida sob demanda.

7.14.1.16	Ação	<b>Disponibilização de EPE's - Equipamentos de Proteção Ergonômica e EPI's - Equipamentos de Proteção Individual - EPI's</b>
	Meta	Atender 1000 trabalhadores
	Objetivo	Garantir a segurança e a prevenção a DORT/LER, elevando a saúde e a segurança do trabalhador
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Parcialmente cumprida.

Até o momento foram atendidos 715 trabalhadores, perfazendo 71,5% da meta (1000 trabalhadores).

7.14.1.17	Ação	<b>Avaliação ambiental</b>
	Meta	Realizar AET em 200 postos de trabalho do PJSC
	Objetivo	Avaliação de ambientes de trabalho, com medições de conforto ergonômico, com vistas a melhoria do ambiente de trabalho e da saúde e da segurança do trabalhador
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

CNJ)	
------	--

Parcialmente cumprida.

Foram realizadas 19 avaliações, perfazendo 9,5% da meta.

No planejamento dessa meta, foi considerada a capacidade de análise proporcionada por três servidores competentes para tal. A meta logrará êxito se houver aporte de RH especializado para a Seção de Ergonomia.

7.14.1.18	Ação	<b>Orientação de Saúde e Segurança ao Teletrabalhador</b>
	Meta	Atender 100% dos teletrabalhadores
	Objetivo	Diagnosticar efeitos positivos e negativos sobre a saúde do teletrabalhador
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Meta cumprida.

7.14.1.19	Ação	<b>Implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional -PCMSO 2016/2017; execução dos Exames médicos ocupacionais e emissão dos atestados ocupacionais</b>
	Meta	100% dos magistrados e servidores do PJSC
	Objetivo	Controlar o risco de implicações negativas sobre a saúde dos trabalhadores; cumprimento da Resolução 207/2015 do CNJ; e prestar informações ao e-Social
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Não cumprida.

O cumprimento da meta depende da contratação de serviços de terceiros que está sendo tratada no SPA 5581/2017.

7.14.1.20	Ação	<b>Implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais 2016/2017</b>
	Meta	100% das Comarcas do Estado e prédios do Tribunal de Justiça
	Objetivo	Controlar o risco e perigos existentes nos ambientes de trabalho e atividades de servidores e magistrados; e prestar informações ao e-Social
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Cumprida parcialmente.

Foram implantados 30 dos 158 programas existentes, perfazendo um total de 16,5%.

O cumprimento da meta depende de pessoal qualificado na Divisão de Projetos de Ações em Saúde.

7.14.1.21	Ação	<b>Monitoramento das vacinas ocupacionais dos servidores do PJSC prescritas conforme PCMSO</b>
	Meta	100% dos servidores com prescrição
	Objetivo	Controlar o risco existente nos ambientes de trabalho da saúde; imunizar os profissionais da saúde e; prevenir as doenças respiratórias no inverno em servidores e magistrados.
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho

Meta cumprida.

### 7.14.2 Identificação das metas 2018 – Grupo 15 – Qualidade de Vida

PLANO DE AÇÕES 2018 – QUALIDADE DE VIDA		OBJETIVO	META
DS/ DAS/ SAIS	Grupo de Prevenção e Administração do Stress	Realizar grupos visando a aprendizagem de técnicas de administração de estresse.	Atender 100% das solicitações de atendimento
DS/ DAS/ SAIS	Atendimento individual aos servidores com nível de estresse elevado	Realizar o atendimento individual e o procedimento de técnicas de relaxamento em servidores em nível de pré-exaustão.	Atender 100% das solicitações de atendimento
DS-DAS/ DGP/ AJ	Curso sobre Assédio Moral no trabalho	Capacitar os servidores envolvidos no atendimento da demanda e formular um protocolo de atendimento dos casos	Capacitar 100 % dos servidores envolvidos no atendimento, Assistentes Social, Psicólogos e Médicos da DS e DGP
DS-DAS/ DTI/ DIE /DMP/ NCI	Realizar a Semana da Saúde	Instituir a semana da Saúde	Atender 100% do público alvo
DS-DPAS	Fornecimento e aplicação da vacina antigripal em todas as unidades do Poder Judiciário Catarinense	Garantir o bem-estar dos magistrados ativos, servidores ativos (efetivos e comissionados), à disposição, estagiários, residentes judiciais e voluntários, com vistas à redução do absenteísmo ao trabalho.	Atender 100% do público alvo
DS-DAS, DMP, NCI	Campanha contra o câncer de mama - Outubro Rosa	Chamar a atenção de magistrados, servidores e demais colaboradores do Poder Judiciário para a realidade atual do câncer de mama e a importância do diagnóstico precoce	Realizar campanha preventiva





DS-DAS, DMP, NCI	Campanha contra o câncer de próstata - Novembro Azul	Chamar a atenção de magistrados, servidores e demais colaboradores do Poder Judiciário para a realidade atual do câncer de próstata e a importância do diagnóstico precoce	Realizar campanha preventiva
DS-DPAS, DMP, DIE, DEA	Análise Ergonômica do Trabalho	Diagnosticar problemas nos postos de trabalho, orientar acerca do mobiliário padrão e realizar a Análise Ergonômica do Trabalho	Realizar AET em 200 postos de trabalho das Comarcas de Santo Amaro, Biguaçu e Palhoça
DS-DPAS; DGP; AJ	Orientação de Saúde e Segurança/Ergonomia ao Teletrabalhador	Diagnosticar efeitos positivos e negativos sobre a saúde do teletrabalhador.	Atender 100% dos teletrabalhadores
DS-DPAS	Implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional -PCMSO 2017/2018; execução dos Exames Médicos Ocupacionais e emissão dos atestados ocupacionais	Prevenção, diagnóstico e controle de doenças ocupacionais com fornecimento de dados ao CNJ e E-social	100% dos magistrados e servidores do PJSC
DS-DPAS	Implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais 2017/2018	Adequação dos ambientes de trabalho com redução dos riscos ambientais; prevenção de doenças ocupacionais	100% das Comarcas do Estado e prédios do Tribunal de Justiça
DS-DPAS	Monitoramento das vacinas ocupacionais dos servidores do PJSC prescritas cfme PCMSO	Prevenção de doenças ocupacionais	100% dos servidores com prescrição
DS/ DPAS	Ginástica Laboral	Aplicar a prática da ginástica laboral como projeto piloto no PJSC	Aplicar a GL em 200 servidores/magistrados nas Comarcas de Santo Amaro, Biguaçu e Palhoça semanalmente
DGP/DDP /SPO	Aplicação do Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais	Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.	Realizar o Programa em 2 comarcas no ano de 2018
DGP/DDP /SPO	Entrevistas de Lotação e Relotação de servidores na Secretaria do TJ	Entrevistas com o fim de identificar o perfil do servidor para definição de lotação com melhor adequação do ambiente de	Realizar entrevistas com todos os convocados em concurso referentes à Secretaria do Tribunal



		trabalho.	de Justiça e com os servidores que solicitem relotação.
DGP/DDP /SPO	Grupos Vivenciais	Contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).	Realizar um grupo vivencial no ano de 2018
DGP/DDP /SPO	Programa de Acompanhamento do Desempenho	Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.	Promover o acompanhamento do desempenho com 10 servidores.
DGP/DDP	Programa Bem-Estar no Trabalho	Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.	Realizar 5 edições do Programa Bem-Estar no Trabalho para 30 servidores
DGP/DDP	Programa de Preparação para a Aposentadoria	Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.	Realizar 2 edições do Programa de Preparação para a Aposentadoria para 30 servidores
DGP/DDP	Programa Rodízio de Funções	Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o	Realizar 2 edições do Programa Rodízio de Funções



		conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça/ Comarca.	
DGP/DDP e DIE/DAG	Homenagem aos servidores aposentados	Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.	Elaborar cartões de homenagem aos aposentados a todos os servidores que se aposentarão no ano de 2018
DGP/DDP	Programa de Melhoria do Clima Organizacional	Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.	Aplicar o Programa de Melhoria do Clima Organizacional em 3 unidades de trabalho (comarcas ou diretorias)
DGP/DDP	Programa Olhares: Revelando talentos do Judiciário catarinense	Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.	Realizar uma edição do Programa Olhares
DGP/DDP	Projeto Dicas	Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.	Publicar dicas mensais referentes a: Saúde, Português, Gestão e Informática.

## 7.15 CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

### 7.15.1 Resultado das ações

7.15.1.1	Ação	<b>Semana do Meio Ambiente.</b>
	Meta	Atingir o TJ e comarcas candidatas e realizar ao menos 1 ação com o público externo (comunidade).
	Objetivo	Promover a cultura da sustentabilidade por meio de atividades artísticas e educativas

Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Cumprida.

O evento foi realizado de 6 a 10 de junho e teve as seguintes atividades:

Tribunal de Justiça: Apresentação do Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses, exposição de artes plásticas "Por uma arquitetura sustentável", exposição Construções Sustentáveis no PJSC, minhocário indoor.

Comarcas:

Descanso: Entrega de mudas de plantas nativas e frutíferas e de material alusivo ao Dia do Meio Ambiente para funcionários e visitantes.

Biguaçu: Inauguração do ponto de coleta de óleo de cozinha na comarca de Biguaçu e entrega de material explicativo.

Criciúma: Visitação à horta comunitária do Comarca de Criciúma, com colheita de plantas.

Palmitos: Entrega de mudas de árvores frutíferas de cultivo indoor (mamão papaya-anão e maracujá-anão) para funcionários e visitantes.

Piçarras: Palestra e atividade de sensibilização com o tema "Valores éticos e responsividade na gestão socioambiental", ministrada pelo Juiz Iolmar Alves Baltazar. Na ocasião, serão apresentados dados parciais acerca da coleta seletiva já existente no Fórum e da destinação ambientalmente correta dos bens e materiais apreendidos perigosos ou inservíveis, protocolo também em funcionamento na Comarca.

São Bento do Sul: Exposição de objetos de decoração confeccionados com papel e jornal - APAE de São Bento do Sul

7.15.1.2	<b>Ação</b>	<b>Campanha de sensibilização para uso consciente de energia elétrica, com foco no uso correto do ar condicionado.</b>
----------	-------------	--

Meta	Atingir 100% do público interno do PJSC
Objetivo	Informar e sensibilizar os usuários sobre consumo consciente de energia elétrica e práticas que reduzem o uso do recurso.
Responsabilidade	SGS/DEA
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Cumprida.

Foi realizada campanha por meio da publicação de material de comunicação que incluiu a sensibilização para o uso consciente de energia elétrica. O material foi desenvolvido no formato de e-mail marketing e enviado aos servidores do PJSC por mail-list pelo Núcleo de Comunicação Institucional durante a VIII Semana do Meio Ambiente do Poder Judiciário catarinense.

7.15.1.3	<b>Ação</b>	<b>Campanha de sensibilização para uso consciente de água.</b>
	Meta	Atingir 100% do público interno do PJSC
	Objetivo	Informar e sensibilizar os usuários sobre consumo consciente de água e práticas que reduzem o uso do recurso.
	Responsabilidade	SGS/DEA
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Cumprida.

Foi realizada campanha por meio da publicação de material de comunicação que incluiu a sensibilização para o uso consciente de água. O material foi desenvolvido no formato de e-mail marketing e enviado aos servidores do PJSC por mail-list pelo Núcleo de Comunicação Institucional durante a VIII Semana do Meio Ambiente do Poder Judiciário catarinense.

## 7.15.2 Identificação das metas 2018 - Grupo 16 - Capacitação e Sensibilização Socioambiental

PLANO DE AÇÕES 2018 – CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL		OBJETIVO	META
SGS-CGJ-AJ	Realizar capacitação sobre a destinação de bens apreendidos, por meio de vídeo e/ou apostila educativos com instruções	Realizar capacitação sobre a destinação de bens apreendidos, por meio de vídeo educativo com instruções ou apostila digital.	100% das Secretarias de Foro
SGS -NCI	Aprimorar a divulgação dos pontos de coleta de óleo de cozinha usado	Informar os servidores da Grande Florianópolis sobre os pontos de óleo de cozinha à disposição no município	100% dos servidores da Grande Florianópolis
SGS	Capacitação para a gestão de resíduos e coleta seletiva	Realizar palestras nos fóruns e unidades do TJSC, visando a sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas (MP, OAB, etc..)	100% dos servidores das comarcas que tiverem implantação de coleta seletiva